

REVISTA

NÃO VALE

06 PIQUIÁ DE BAIXO:
HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

18 O LEGADO DA VALE S.A

58 ENTREVISTA
MARCELO CARNEIRO



Nos trilhos da resistência

COMUNIDADES REAGEM AOS
IMPACTOS DO PROJETO S11D

Expediente

A revista **NÃO VALE** é uma publicação bianual produzida pela Rede Justiça nos Trilhos e distribuída gratuitamente.

Diretora de redação: Larissa Santos

Projeto gráfico: Stepheson Souza

Revisão: Marcos Fábio Belo Matos

Fotografia: Marcelo Cruz e Mikael Carvalho

Colaboradores: Aianny Monteiro, Deylanne Santos, Domingos de Almeida, Jhene Assis, Larissa Santos, Lidiane Ferraz, Maira Mansur, Mikael Carvalho, Piero Locatelli, Raúl Zibechi, Sara Lemp, Sanmarie dos Santos e Tiago Cruz.

FALE COM A REDAÇÃO: imprensajnt@gmail.com
(99) 3538-0901

Impressão: Gráfica e Editora Brasil

Tiragem: 2 mil exemplares

sumário



Piquiá de baixo: história de luta e resistência

6



18

O legado da Vale S.A



28

Impactos do projeto S11D em Canaã dos Carajás, PA



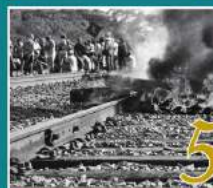
38

O trem avança



44

S11D duplicará lucros, mas já triplica conflitos



50

A maldição dos recursos naturais: Lutas contra um modelo devastador no Brasil e na Alemanha

e mais...

14 PERFIL: Rose é...de luta!

22 ENTREVISTA: Anízio Teixeira

33 ENSAIO FOTOGRÁFICO:
Por Marcelo Cruz

58 ENTREVISTA: Marcelo Carneiro

63 DESASTRE EM MINAS GERAIS:
Nota dos AVs

Ao leitor

Por **Raül Zibechi**

Tradução: Domingos de Almeida

Há ocasiões em que nos faltam as palavras. Parecem insuficientes para dar conta do horror, da tragédia. Mas, sobretudo, da estupidez e da ambição desproporcionada. O que dizer diante da tragédia-crime de Mariana? O que dizer aos moradores de Piquiá de Baixo que sofrem uma morte lenta? E que palavras utilizar diante desses olhos que todos os dias, a todas as horas, veem passar o trem da Vale pela estrada de ferro, insultando sua pobreza com o minério que leva para continuar acumulando riquezas?

Quando a indignação dos atingidos pelo minério será tão potente como o tsunami de lama que destruiu o leito do Rio Doce, atingindo mais de três milhões de pessoas?

O que mais falta acontecer para que o 1% que se beneficia com a mineração a céu aberto deixe de investir e ganhar com a morte e contaminação de milhões?

São muitas as perguntas que não têm respostas. Ou melhor, não as têm como os paradigmas políticos e culturais que viemos repetindo ano após ano. Porque está correto denunciar. Eu denuncio. Tu denuncias. Eles enchem os bolsos...

Quero dizer que faz falta algo mais que nossas palavras e as denúncias dos atingidos. Algo que vá além das instituições do Estado que, sabemos, não vão fazer nada porque não lhes interessa, porque os estados também se beneficiam da mineração.

Quero dizer que as denúncias e as palavras são necessárias e nada pode substituí-las. Mas não alcançam. O que digo é porque as reações do Estado depois do crime de Mariana são tremendas. Apesar da ONU, através de dois relatórios (Direitos Humanos e Meio Ambiente e Direitos Humanos e Substância Tóxica), ter denunciado a tragédia e exigido reparações, nada mudou.

As empresas são mais fortes que os estados. Quando se lhes aplica uma multa, pagam o valor mínimo. Quando cometem um crime, os governos seguem retirando os poucos obstáculos legais que restam para outorgar mais licenças ambientais, em menos tempo e com menores exigências. Eles sempre ganham. E riem de nossas palavras e de todas as denúncias que apresentamos.

Quando surge um governante de um município que se opõe às multinacionais, rapidamente utilizam os meios de comunicação para lançar uma campanha de criminalização, de desprestígio e, em ocasiões, conseguem maiorias legais para retirá-lo do cargo.

Quando mostramos nossa indignação nas ruas, quando cortamos a circulação de suas mercadorias, quando paramos o trem na estrada de ferro, enviam seus policiais militares armados à guerra.

Quero dizer que nada, ou muito pouco podemos esperar das instituições. Para o capital, isso é uma guerra contra os povos. É uma acumulação por desapropriação, sem dúvidas.

Mas no terceiro mundo, nas comunidades e bairros habitados por indígenas e negros, por famílias pobres e crianças desnutridas, nesses territórios a acumulação por despejo é a 'IV Guerra Mundial', como demonizam os zapatistas.

Sim, parece exagerado, que falem com as famílias das crianças queimadas de Piquiá de Baixo, com os que tiveram que deixar o lugar onde nasceram porque já não podem suportar tanta agressão e tanta violência. É uma guerra muito particular, na qual o inimigo são os povos que cometeram o delito de viver em cima das riquezas que eles querem roubar, ou no caminho por onde as transportam aos mercados para convertê-las em mercadoria. Os povos são os obstáculos para que possam aumentar suas riquezas.

Por isso, o primeiro passo é reconhecer que há uma guerra. Que eles decidiram uma guerra contra nós, se encobrimo em algo que chamam democracia. Dizem-nos que não é exageradamente importante quem governa, porque a democracia é real, a de votar a cada quatro anos só serve a 1% e aos que trabalham para eles. Entre cada eleição governam os meios, os administradores corruptos do capital e do Estado que, por trás do cenário, fazem seus acordos sem que os eleitores fiquem sabendo.

O segundo é que somente organizados podemos enfrentar essa guerra. As denúncias e as palavras servem, mas sobretudo, são úteis se dirigidas aos de baixo, aos atingidos e sobretudo às atingidas, às mães que veem seus filhos adoecer e morrer e são sempre as mais firmes e ativas nos movimentos. Essas palavras não são para os que se sentem acomodados em poltronas no parlamento e nos municípios, mas sim para elas, para encorajá-las em sua luta.

As denúncias, por sua vez, desempenham um papel pedagógico, já que servem para revelar a opressão, a violência e a cumplicidade

das empresas e seus sócios, ou seja, os políticos que elas financiam para que facilitem seus negócios e entretinham a população com bonitas palavras que dizem "direitos", "políticas sociais", "participação" e até "povo". Palavras usadas como canções de ninar para nos fazer dormir como crianças.

Organizar-nos é uma forma de despertar ou impedir que nos façam dormir com contos.

Nesse período da humanidade, em que a guerra contra os povos para apropriar-se dos bens comuns converteu os estados em servidores das multinacionais, necessitamos de um tipo de organização especial. Organizações de duas velocidades, capazes de cumprir pelo menos duas tarefas.

A primeira é lutar: denunciar, levantar a voz, sair às ruas, protestar, juntar-nos com outros e outras que têm problemas similares aos nossos. É o que vimos fazendo há muitos anos e o que nunca vamos deixar de fazer.

Mas, além disso, como os estados e seus governos já não nos representam nem se ocupam da gente, a não ser para reprimir, é necessária uma organização que seja capaz de assumir a sobrevivência cotidiana. Que resolva a comida, a educação, a saúde, a moradia dos de baixo. É um tipo de organização que atua como as mães: protege, cuida, cobiça. Como a mãe, dá vida e a reproduz. É a organização que cuida dos doentes, dos meninos e meninas, dos idosos, dos feridos; que cuida das feridas da alma e do corpo.

A organização mãe que assegura a reprodução da vida é tão importante como a organização guerreira que é capaz de nos defender coletivamente. Até agora temos dado muita importância à produção e muito pouca à reprodução. Mas não nos esqueçamos, eles estão em guerra contra a gente, e os recursos que querem roubar da gente são os que necessitamos para sobreviver reproduzindo a vida.



Piquiá de baixo: história de luta e resistência

Walkson Melo

Por Deylanne Santos e Jhene Assis

As lembranças que eu tenho de Piquiá de Baixo são ótimas, eu lembro que no nosso quintal passa um rio, e quando a gente era criança eu não sabia nadar e a gente ia tomar banho, aí tinha uns porões que eram uns lugares bem fundos, e uma fazenda atrás, onde hoje é a Gusa Nordeste". É assim que a professora de história, Joselma Alves de Oliveira, 38, descreve o bairro Piquiá de Baixo, e em específico, o rio que banha o local. As lembranças

mostram o quanto era prazeroso viver ali. Hoje a situação é diferente.

Os moradores convivem com os impactos ambientais, sociais e financeiros gerados pelo parque siderúrgico instalado no bairro. Saúde ameaçada, poluição, falta de saneamento e serviços básicos estão entre as principais consequências que atingem a comunidade açailandense. Os moradores, no entanto, não se intimidaram com o poder econômico e o descaso das autorida-



Foto: Marcelo Cruz

Imagem aérea do bairro Piquiá de Baixo

des e, após anos de luta, conquistaram o direito ao reassentamento e a uma vida melhor.

Piquiá de Baixo, localizado na cidade de Açailândia, Maranhão, é um dos bairros mais antigos do município, fundado na década de 1970. Açailândia tem cerca de 109 mil habitantes, segundo o censo do IBGE de 2014 e dispõe do terceiro maior produto interno bruto do Estado.

Segundo a Associação de Moradores do bairro, hoje vivem em Piquiá de Baixo cerca de 1.500 moradores, que convivem com três siderúrgicas ativas na região. O relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) aponta o começo de todos os problemas: a instalação de siderúrgicas, entre os anos 1980 e 1990, na região de Piquiá. A vinda dessas indústrias foi consequência da implantação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) pela Vale S.A. uma das maiores mine-

radoras do mundo. A comunidade faz parte da rota do minério, que começa na Serra dos Carajás, no Pará e segue até o Porto de Itaqui, em São Luís, no Maranhão.

Segundo o Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão (SIFEMA), as empresas escolheram o município de Açailândia por vários motivos, entre eles, o incentivo fiscal dos governos federal, estadual e municipal e ainda a doação de uma área para o Distrito Industrial do Piquiá. O terreno estava localizado próximo ao entreposto de carga da Vale S.A. fornecedora de minério de ferro.

De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, o município de Açailândia é responsável por 11% da produção de ferro gusa no Brasil. O ferro gusa é a matéria-prima usada na fabricação do aço para a indústria automobilística, construção civil e outros setores.



O pó de Açailândia foi instalado com a promessa de desenvolvimento para a região. "Eles chegaram com essa proposta, que iria trazer grandes benefícios para o setor do Piquiá, iria chegar grandes empresários e que ia ter muito emprego. Uma educação de qualidade e saúde e nada disso aconteceu", é o que afirma o aposentado Welem Pereira, morador há 36 anos na comunidade.

O Complexo Siderúrgico de Piquiá atualmente opera com três indústrias, a Gusa Nordeste, Vale do Pindaré e a Viena Siderúrgica. Elas empregam, de acordo com o SIFEMA, 3.200 funcionários diretos nas indústrias, e mais 12 mil nas atividades de plantio de eucalipto e produção, carregamento e transporte de carvão. Mas as árvores empoeiradas e casas acinzentadas denunciam a poluição. Enquanto isso, os altos-fornos trabalham 24 horas por dia.

Males à saúde e ao meio ambiente

Por mês, no posto de saúde do bairro de Piquiá de Baixo, são atendidas em média 120 pessoas. Segundo a médica Karla Brandão, metade delas são pacientes com sintomas decorrentes da poluição das guseiras. A médica relatou ainda que as principais doenças que afetam a população do bairro são respiratórias, como bronquite, rinite, câncer de pulmão, além de dermatites, câncer de pele e problemas na visão.

De cabelos grisalhos e pele marcada pelo sol, a aposentada Angelita Oliveira, de 75 anos, reside há mais de 40 anos no bairro. Angelita é uma das centenas de pessoas que convivem com problemas de saúde, decorrentes da poluição das guseiras. "Eu tenho o meu pulmão preto, eu sinto dor por todo lugar, tenho problema de coluna, mas não é por causa da poluição, mas acho que vai acarretando tudo", relata a aposentada.

Um estudo da FIDH, de agosto de 2011, comparou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) com a realidade de Piquiá. No país, as doenças mais

comuns foram hipertensão, doenças de coluna, artrite ou reumatismo. Mas em Piquiá o perfil era diferente, as doenças respiratórias estavam entre as mais frequentes.

O posto de saúde funciona de segunda a sexta-feira, com a presença de um enfermeiro e uma agente de saúde. São realizadas consultas médicas uma vez na semana. Josikely Alves é agente de saúde há oito anos no bairro e reforça as principais reclamações de quem chega à unidade. "Alergia na pele, problemas respiratórios, falta de ar, porque além da poluição tem a questão do gás, que às vezes é liberado e não é queimado, porque quando é queimado de longe dá para gente ver uma tocha enorme, quando esse gás está saindo cru, puro como eles falam, o cheiro é muito forte, aí tem pessoas que ficam com falta de ar e problemas alérgicos".

Na escola municipal Almirante Barroso, a única do bairro, estudam cerca de 160 crianças, do maternal ao quinto ano. A diretora, Iracilda Ibiapina, informa que são



recorrentes as reclamações dos pais sobre a poluição em Piquiá. "A gente vê os pais sempre reclamando da poluição, que as crianças deixam de frequentar porque estão doentes, isso aí acontece sempre", enfatiza.

A escola desenvolve há três anos, em parceria com a siderúrgica Gusa Nordeste, um concurso anual sobre o meio ambiente. O tema é para alunos do quarto e quinto ano, que são convidados a refletirem sobre questões ambientais. Os melhores desenhos são avaliados pela gusa e os estudantes premiados com produtos eletrônicos.

A atividade com os alunos, realizada pela siderúrgica Gusa, é uma contradição, já que a própria empresa é acusada de gerar resíduos poluentes durante o seu processo produtivo e contribuir com a poluição do ar e do riacho Piquiá.

O riacho Piquiá nasce no município

de São Francisco do Brejão e deságua em Açailândia. O coordenador da Vigilância Ambiental e Sanitária municipal, Clodoaldo Cardoso, reclama que as siderúrgicas usam água do riacho em suas produções e a devolvem ao rio com uma temperatura indevida, "todos os resíduos de água que eles utilizam vai pra esse rio, nós fizemos a medição dessa temperatura. O ideal seria que essa água tivesse a temperatura ambiente pra poder entrar no leito do rio normal, do riacho em si. Só que nós medimos e deu 36 graus, uma temperatura elevada pra ser colocada de volta no riacho, onde tem um impacto diretamente na biodiversidade ali existente, sem falar na contaminação que vem enxofre, vêm outros contaminantes que vai afetar a saúde humana".

As ações das siderúrgicas desrespeitam portarias da Política Nacional do Meio Am-



biente, que tratam dos crimes ambientais no país. Além disso, a Constituição Brasileira prevê, no seu artigo 225, que "todos devem ter direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, tendo o poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações".

O advogado da Rede Justiça nos Trilhos, Danilo Chammas, esclarece qual o papel dos órgãos públicos em relação ao licenciamento ambiental das siderúrgicas, "do ponto de vista ambiental, esses empreendimentos são todos licenciados de fato pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão que tem o papel de licenciar, e se não licenciar, de impedir o funcionamento dessas empresas. Além disso, de monitorar o cumprimento das condicionantes, tudo isso se não é feito a contendo

fica claro a responsabilidade do Estado. O Município também precisa de certas autorizações, sem elas as empresas não poderiam operar", confirma Chammas.

O advogado reforça ainda que a União também tem a sua responsabilidade. "O Estado brasileiro é que responde pelos danos causados aos cidadãos, se o Estado se omite ou não toma iniciativas para impedir que esses danos aconteçam também é mais um corresponsável", explica.

Já o sindicato das empresas siderúrgicas informou que todas as empresas atuam em conformidade com as leis brasileiras, incluindo a legislação ambiental, o presidente do SIFEMA, Cláudio Azevedo, enfatizou ainda que as indústrias fizeram altos investimentos em tecnologia, a fim de minimizar a emissão de gases.

O Reassentamento

Em 2007, a comunidade decidiu, através de consulta pública, pelo reassentamento, ou seja, pelo processo de mudança de Piquiá para outra localidade. Os moradores queriam garantir assim o acesso a melhores condições de vida. Em parceria com o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia e a Paróquia São João Batista, a Associação de Moradores do bairro apresentou várias propostas para a comunidade. Entre elas, estavam a indenização individual, a realocação por conta própria e o reassentamento coletivo.

Segundo o advogado Danilo Chammas,

em maio de 2011, o Ministério Público do Estado do Maranhão e a Defensoria Pública impuseram ao Município de Açailândia a obrigação de realizar a desapropriação de uma área. Através do mesmo Termo de Compromisso, o SIFEMA foi obrigado a compensar o município com os valores a serem pagos a título de indenização ao proprietário da área. Ainda de acordo com o advogado, tanto a Vale S.A quanto as siderúrgicas representadas pelo SIFEMA tiveram de participar de reuniões em momentos distintos do processo.

Das verbas repassadas pelas empresas



para a viabilidade do reassentamento, a Fundação Vale se comprometeu a apoiar com 20 mil reais por família a ser reassentada, totalizando uma quantia de 6.240.000,00 reais. Este recurso deverá ser disponibilizado durante a obra de construção do novo bairro, em complemento aos valores repassados pelo Governo Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida. Já o SIFEMA apoiou com os valores correspondentes à indenização do proprietário do terreno, com os recursos necessários para a contratação das assessorias técnicas para a elaboração do projeto urbanístico habitacional e realização de outros serviços relacionados. O Ministério Público e a Pre-

feitura de Açailândia elencaram de cinco a seis áreas que apresentassem, o máximo possível, as mesmas condições de Piquiá de Baixo antes da chegada das siderúrgicas. Coube à Associação dos Moradores, com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente de Açailândia, escolher o terreno que atendes-se às condições. O local escolhido fica próximo ao posto da Polícia Rodoviária Federal, na BR 222.

O reassentamento é uma conquista histórica para a região e é a esperança de dias melhores para o aposentado William Pereira. "O reassentamento é muito importante para a comunidade, porque pelo menos eles vão ser tirados dessa situação de mazela que nós vivemos aqui, nessa poluição, porque hoje você não tem como dormir, como se alimentar direito porque cai pó 24 horas por dia", relata Pereira.

A Rede Justiça nos Trilhos, criada em 2008, acompanha desde o início o processo do reassentamento, realiza campanha, disponibiliza apoio jurídico aos moradores do bairro. O padre Dário Bossi, coordenador da rede, é um dos entusiastas da comunidade e comenta sobre os resultados obtidos ao longo de sete anos de luta. "Eu sempre digo que o resultado maior é a autoconsciência das pessoas e isso não se mede, é o orgulho das comunidades que não se deixam esmagar pela voz única do capital e da política da sociedade", salienta Bossi.

O presidente da Associação de Moradores, Edvar Dantas, discorreu sobre a fase atual do processo de reassentamento. Dantas relatou que a seleção do projeto de reassentamento de Piquiá de Baixo foi realizada pelo Ministério das Cidades, que contemplou mais de 7.000 habitações para serem financiadas em 2016, pelo programa "Minha Casa, Minha Vida". No Maranhão, o único projeto selecionado foi o da comunidade de Piquiá. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 31 de Dezembro de 2015, por meio da Portaria nº 684.

O SIFEMA informou que desde o início as empresas apoiaram as ações do projeto de reassentamento da população do bairro, cumprindo com os compromissos assumidos perante o Ministério Público e a comunidade. Depois de anos de muita luta e uniões de todos, os moradores de Piquiá de baixo estão conseguindo mostrar que todos podem ter o direito à dignidade e à qualidade de vida.

Fotos: Marcelo Cruz



Rose é...de luta!

Fotos: Arquivo pessoal



Por Domingos de Almeida

Admirada e respeitada por muitos, a personagem que vamos conhecer agora é referência dentro da militância social no Maranhão e, em alguns casos, dispensa apresentações. De palavras firmes, Rosiane Mendes Cardoso fala o que pensa

e defende sua causa sem medo de retaliações. Por essa característica, ela já desperdiçou o desafeto de muita gente poderosa, nada que a intimide.

Não é tarefa fácil transcrever, por meio de palavras, a profundidade da personalidade dessa mulher empoderada, corajosa, mul-

multifacetada e até mesmo destemida. Vamos ao desafio! A Rose, como é carinhosamente chamada pelos companheiros de luta, representa bem a nova mulher do século XXI: independente, moderna e militante.

Moradora da comunidade de Sítio do Meio, Cidade de Santa Rita, Rose é Presidente da Associação de Moradores e Secretária do Sindicato dos Pescadores da localidade. Pescadora de profissão, ela encara o desafio de manter ativa a atividade pesqueira, de onde muitas famílias retiram o sustento.

O principal desafio é impedir que os igarapés, que banham a região, sejam entupidos para dar vazão a um desenvolvimento insustentável, capitaneado pela empresa mineradora Vale S.A, ou que se transformem em propriedades privadas de grileiros de terras que atuam na região.

Nascida no Povoado de São Francisco, município de Itapecuru-Mirim - MA, mudou-se para São Luís aos cinco anos de idade, juntamente com a família, em busca de melhores condições de vida. Aos 18 anos, ela retorna para o interior do Maranhão, onde inicia sua militância em defesa das famílias que vivem no campo.

Casada e mãe de três filhos e uma filha, militante social, defensora dos trabalhadores rurais, comunidades atingidas pelos impactos da mineração, Quilombolas e Indígenas, Rose começa na militância social, de forma mais efetiva, a partir de 2006, ano em que a comunidade de Sítio do Meio passa a se reunir com a empresa Vale S.A, para exigir melhorias na localidade.

O que a incomodava era o fato de que nas reuniões a empresa fazia promessas aos moradores, mas não as cumpria. "Antes a gente era oprimido pela empresa, e aceitava sem reclamar, até que um dia fluiu a revolta", afirma Rose.

As reivindicações são direcionadas às empresas transnacionais que atuam na comunidade, aos governos municipal, estadual e federal. "Eles nos impõem o pior tipo de mazela que poderia existir. Passamos por isso porque somos obrigados, não porque a gente quer. Quando a gente se movimenta, faz alguma luta, reivindicação, acabamos sendo criminalizados ou processados", desabafo.

Dentre as conquistas, resultantes de mobilizações, das quais Rosiane Cardoso teve participação direta, está o viaduto sobre a Estrada de Ferro Carajás, ligando Sítio do meio à BR - 222, e a pavimentação asfáltica da comunidade Carionguinho, entre outras. Mas para ela, "as maiores conquistas são as amizades que a gente vai construindo através das lutas em conjunto".

Mas nem tudo são flores, há sempre motivos para comemorar, mas as decepções também estão presentes no cotidiano dela. Como, por exemplo, as Propostas de Emenda à Constituição (PECs 215 e 171), que modificam o Código da Mineração e reduzem a Maioridade Penal, respectivamente. "A gente sabe que tudo que eles [deputados federais] estão fazendo lá recai sobre nós. Em vez de fortalecer a luta, o que eles estão tentando fazer é diminuir a nossa resistência. Eles estão colocando uma corrente no pescoço da gente para depois puxar a qualquer momento".

"QUANDO A GENTE SE MOVIMENTA, FAZ ALGUMA LUTA, REIVINDICAÇÃO, ACABAMOS SENDO CRIMINALIZADOS"

Rose é contra ambas as propostas, segundo ela, o novo Código da Mineração está sendo discutido a portas fechadas, sem a participação da sociedade civil, sem a participação dos atingidos. Na proposta em discussão na Câmara dos Deputados, as comunidades localizadas nas áreas de interesse da mineração não são citadas como impactadas, é como se não existissem.

Além disso, essa proposta pode abrir prerrogativas para atividade de mineração em qualquer lugar: quilombo, terras indígenas, áreas de proteção ambiental, entre outros. "Eles não querem

saber se eu já me apeguei a esse lugar, que eu já construí família aqui, meu patrimônio, onde estou criando meus filhos, eles não estão nem aí", reclama.

No que diz respeito à Proposta de redução da Maioridade Penal, ela é enfática: "eu sou totalmente contra! Estão criminalizando crianças". Para a militante, quem deveria ser criminalizado era o governo, porque esse tem o poder nas mãos para criar políticas públicas voltadas para as crianças e os jovens.

Rosiane entende que os jovens que serão criminalizados, pela redução da idade penal, na grande maioria saíram do campo, da área rural. Tiveram que ir para uma metrópole em busca de uma vida melhor. Como não conseguem escola, emprego, uma ocupação, muitas vezes são obrigados a entrarem para o mundo da criminalidade, por uma questão de sobrevivência. "Com essa proposta, meus filhos, os filhos dos meus vizinhos podem ser criminalizados. Eles ficarão vulneráveis mais ainda", explica.

Militância atuante

Dois episódios recentes marcaram a trajetória de militância de Rosiane Cardoso. O primeiro foi a participação no Seminário "Marco Regulatório da Mineração", que aconteceu em Brasília, nos dias 5 e 6 de maio de 2015. O evento reuniu comunidades atingidas e trabalhadores do setor da mineração. Na ocasião, Rose intimidou, literalmente, o deputado federal Sarney Filho (PV), que estava mediando a mesa de debate.

Ela apresentou um documento feito por organizações sociais com propostas para incluir no novo Código da Mineração. Em seguida, levou-o até o deputado e o pediu que assinasse as duas vias. Uma ficou com ele e a outra com ela.

"Ele estava pensando que eu ia só entregar e pronto, mas eu levei e pedi que ele assinasse as duas cópias (trissos). E o que tiro de lição disso tudo é que a gente precisa ser audaciosa", explica.

No documento apresentado, Rose explicou que uma das coisas que a Vale S.A. passa para os trabalhadores da mineração é que os movimentos sociais não querem que tenha mineração. "É isso é mentira! O que a gente quer é que, de fato, seja uma mineração responsável, que tenha começo, mas que também tenha fim".

O segundo episódio foi a intervenção no plenário do Grupo de Trabalho Intergovernamental da Organização as Nações Unidas (ONU), sobre corporações transnacionais e direitos humanos, realizada no dia 9



Plenária da ONU, Zurique (Suíça), em julho de 2015

"LÁ NÓS TEMOS NOSSOS DIREITOS VIOLADOS. O DIREITO DE IR E VIR, PORQUE A FERROVIA DE CARAJÁS PASSA NO MEIO DO NOSSO POVOADO"

de julho de 2015, em Zurique, na Suíça.

Nessa intervenção, Rose destacou, entre outras coisas, o seguinte: *Sou pescadora, moro numa comunidade tradicional pesqueira diretamente afetada pela empresa Vale, no povoado Sitio do Meio 2, no município de Santa Rita, no estado do Maranhão, no Brasil. Vivemos diretamente da pesca, e somos afetados pela empresa desde o início da extração de minério de ferro, há 30 anos.*

La nós temos nossos direitos violados. O direito de ir e vir, porque a ferrovia de Carajás, que leva o minério do estado do Pará para o porto de Itaqui, na cidade de São Luís do Maranhão, passa no meio do nosso povoado, nos impedindo, assim, de atravessar a tempo de levarmos o nosso pescado para vender na cidade. Direito de produzir nosso alimento, pois, na obra de duplicação da linha de trem de Carajás, a empresa já aterrou 15 lagos, onde pescávamos.

Rose destaca que a participação nesse espaço foi importante porque conheceu outras lutas, outros militantes que possuem causas em comum. Ela faz uma observação sobre a Suíça, no mínimo, curiosa: "A suí-

ça é um país muito limpo, muito organizado, muito bonito, e tão rico que faz a gente pensar assim: a custa da miséria de que país? Alguém paga a conta".

Aqui, me permito a transcrever na íntegra, um trecho da conversa que tive com Rose, meu intento era entender qual a motivação dela para seguir firme na luta. De resposta obtive palavras emocionadas de esperança no futuro.

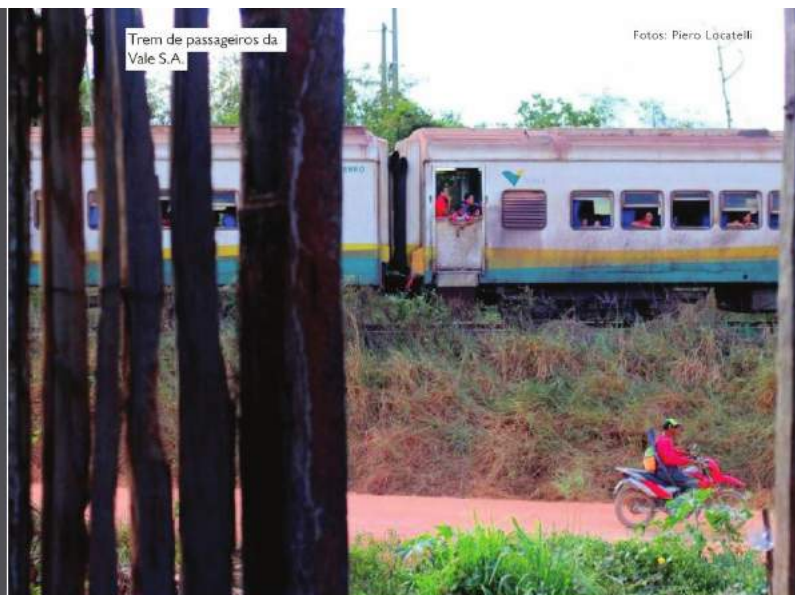
"O que me motiva são as pessoas. São as crianças. Porque hoje eu estou aqui" (choro... respiro profundo). Ainda com voz embargada ela continua: *viva, fazendo a luta. E amanhã, será se nossos jovens vão estar com essa mesma garra, levando a luta adiante? Então, o que mais me motiva, me dá força, hoje, são os meus filhos. Eu quero que eles me tenham como espelho. Para dizer: oiha, vou continuar a luta, com ela ou sem ela. Porque ela é guerreira, ela acredita no que está fazendo.*

Por mais que a gente saiba que o ser humano é cruel, eu nunca perco a esperança no próprio ser humano".

O legado da Vale S.A

Por Piero Locatelli

Três décadas ao lado dos trilhos da Vale S.A não foram suficientes para que Raimundo Lima de Faria se acostumasse com o barulho do trem que passa ao lado da sua casa todos os dias. "Tem vezes que a gente acorda atordoado, achando que é uma tempestade ou que o mundo está acabando. Mas é o trem que está passando", conta o morador de Buriticupu, no interior maranhense.



Raimundo tem 65 anos, sendo mais de trinta deles na zona rural de Buriticupu. Ele chegou ali em 1983. Nos anos seguintes, vieram a ferrovia e o título de um assentamento do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). "Onde a gente morava ficou ruim para se ter roça e manutenção, e o rio não deu mais peixe. Aqui também tinha muita caça: tatu, paca, veado, cotia, jabuti. Hoje não tem mais não", lembra Raimundo.

Desde lá, a família de Raimundo cresceu. Os nove "Faria" que chegaram ali na década de 80 hoje são cerca de 200 na vila que leva o nome deles, o Centro dos Farias. Mas a Vale S.A também cresceu. E com ela, os danos causados aos que moram ali perto.

Em breve, a regularidade dos trens que atrapalham o sono e chacoalham a casa de

cada um dos Faria deve aumentar. A mineradora está duplicando a ferrovia que transporta o ferro de Carajás, a maior mina a céu aberto no mundo, no Pará, aos portos do Maranhão.

Anualmente, 120 milhões de toneladas do minério passam por Buriticupu, em trens que chegam a medir 3,5 quilômetros de comprimento e carregam o equivalente a mais de mil carretas diariamente. Ao mesmo tempo em que duplica a ferrovia, a Vale S.A está expandindo o seu complexo no Pará. A mina de ferro S11D, obra de 19 bilhões de reais, deve duplicar a produção do minério escoado por aqueles trilhos.

Muito além do sono

O sono e a calma de Raimundo são pe-

quenos detalhes entre os problemas causados pelos trilhos que cortam o interior do Pará e do Maranhão. Perto da comunidade, o trem havia atropelado duas vacas no dia anterior à conversa com a reportagem. A morte de seres humanos também é uma constante. Raimundo lamenta a falta de uma grade isolando os trilhos e uma passagem para atravessá-los mais próxima à comunidade.

Assim como o Centro dos Farias, outras comunidades no município sofrem com a ferrovia da Vale S.A. Uma delas é o povoado Casa Azul, situado sobre um morro do outro lado dos trilhos. Sentado em frente à sua residência, o agricultor Francisco das Chagas enumera os problemas causados pelos trilhos: as casas já racharam por causa do trem, poços artesianos desmoronaram, animais foram atropelados, sua terra foi contaminada e o rio onde pescam está sendo assoreado.

Os animais de Chagas também tiveram que ser colocados mais longe dos trilhos para que não fossem atropelados. Além disso, o agricultor trava com a Vale S.A. uma luta por uma indenização justa pelo seu pedaço de terra onde o trilho está sendo ampliado. Com as obras de duplicação, a paz nas ruas do assentamento acabou, e agora ele é atravessado constantemente por caminhões e máquinas pesadas.

Os moradores de todas as cinco comunidades visitadas na região também têm outra reclamação em comum: a falta de emprego. A obra apareceu como uma esperança de trabalho na região, mas os mora-

dores reclamam que poucos foram empregados nas obras da duplicação, realizadas pela empreiteira Camargo Corrêa.

Processos contra quem reagiu

Desde que a obra começou, a insatisfação contra a Vale S.A tem aumentado na região. Segundo levantamento da Rede Justiça nos Trilhos, foram três manifestações em 2012, seis em 2013 e 15 em 2014. "A maioria pensava que o projeto da Vale S.A ia trazer desenvolvimento. Com a duplicação, esperou-se uma geração de emprego. Mas isso não aconteceu. E muita gente deixou de produzir porque esperava um trabalho", diz o A.B.1 membro do Fórum de Políticas de Buriticupu.

Ausente no auxílio às comunidades, a mineradora esteve presente nos tribunais. Ao menos sete moradores de comunidades da região foram processados pela empresa. Todos foram impedidos de protestar, com multas diárias caso fechassem as rodovias.

Na comunidade 21 de Maio, distante 20 quilômetros dos trilhos, a Vale S.A processou três jovens que pediam emprego. O local sequer consta entre os afetados pela Vale S.A, mas é atravessado diariamente por caminhões que levantam poeira e mudaram a vida da pacata vila. Por causa disso, contam os jovens que não quiseram se identificar, eles resolveram trancar as ruas da comunidade para "conseguir alguma coisa boa" das obras.

Já na Vila Pindaré, a maior comunidade próxima ao trilho, a Vale S.A processou

quem sequer protestava. Cláudio Dias da Silva conta que apoiava os jovens da comunidade em seu protesto, com visitas regulares a eles. Ele, que nem emprego pedia, acabou sendo considerado o líder dos protestos.

Hoje, Cláudio é obrigado a pagar uma multa de 5.000 reais se aparecer em um protesto. "Na propaganda, a Vale se mostra uma empresa tão correta que eu não acredito. Tenho até uns folhetos deles falando sobre lei que fiquei assustado lendo. Como uma empresa dessa pode falar de lei quando viola todos os direitos do cidadão?", contesta Cláudio. "Como fizemos tudo isso dentro da lei, nós descobrimos que o cidadão é desprotegido. A legislação existe no papel, mas as brechas são enormes."

Maranhão poderia ter graves consequências a toda economia do Brasil. "A ofensa à operação da ferrovia também pode representar enorme prejuízo à balança comercial brasileira, considerando os diversos contratos com siderúrgicas no exterior e com as indústrias da agricultura, as quais, se não forem cumpridas, acarretarão prejuízos incalculáveis," diz a empresa em sua peça de acusação.

Para os moradores, a atitude da Vale S.A faz parte de um processo para impedir que a comunidade se organize contra a empresa, ao deixar os moradores com medo de reivindicarem seus direitos. Ali perto, contam, a mineradora acaba agindo à luz da omissão do próprio Estado.

Proibidos de protestar

Para tentar conter essas manifestações, a Vale S.A usou um dispositivo legal chamado interdito proibitório. Na prática, o mecanismo impede protestos que ainda nem aconteceram. A empresa pediu multa diária de 50 mil reais para quem protestasse contra ela. Os juizes acataram os pedidos, mas diminuíram a multa para um décimo do valor.

Com os processos, a Vale S.A não só proibiu os moradores de protestar, mas de fazê-lo dentro das suas próprias terras e de vias públicas. Segundo a Rede Justiça nos Trilhos, as estradas de terra fazem parte de assentamentos do Incra onde parte dos manifestantes moram.

A Vale S.A argumenta que pode pedir a liberação de qualquer via que dê acesso à ferrovia. Em sua peça de acusação, a empresa também sustenta que o fechamento de estradas por moradores do interior do

O legado da Vale S.A

Quando as obras da duplicação acabarem, a resistência dos moradores à Vale S.A deve ser o único legado da empresa na região. Sem receber os impostos referentes à mineração, Buriticupu continuará somente com o ferro cortando constantemente a sua terra.

Raimundo lembra que pouco mudou entre a construção da ferrovia dos anos 80 e a duplicação de hoje. "O trem nunca nos trouxe nada de bom. Nada", conta ele. "Agora vai piorar a situação aqui."

Com problemas decorrentes da idade, hoje Raimundo quase não enxerga. Por isso, não consegue mais trabalhar na roça que o sustentou por tanto tempo. Ali, sua família resiste para manter também o cemitério onde estão enterrados todos aqueles que morreram desde a chegada dos Faria à comunidade. Mas a maior preocupação de Raimundo é com os vivos, que ainda têm o futuro por ali.





Por Tiago Cruz

Anízio Alves Teixeira é sujeito simples, filho de camponeses, como a maioria dos(as) trabalhadores(as) da mineração na região de Carajás, no Pará. Sua família é baiana e mineira que migrou para o estado do Maranhão. Desde cedo, Anízio compreendeu a luta da classe trabalhadora na região, com a separação dos seus pais foi criado pelo Padrinho, liderança camponesa e um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia-MA. Em sua infância, Anízio participava das lutas desenvolvidas pelo Sindicato e vivenciava a repressão da ditadura militar e da oligarquia Sarney. Nas andanças da vida profissional, sempre procurou a organização da categoria e lutou contra as injustiças co-

metidas contra trabalhadores(as). Quando iniciou a experiência de trabalho na mineração, ficou abismado com a postura do sindicato na relação com a categoria e de subserviência à empresa. Inquieto com a situação, Anízio traçou planos, dialogou com trabalhadores(as) e depois de dez anos conseguiu montar uma chapa para disputar a direção do Sindicato. A chapa de oposição liderada por Anízio foi impugnada e o processo eleitoral da direção do Metabase Carajás se estendeu para o judiciário, onde aguarda o resultado final. Nessa entrevista, Anízio fala sobre as condições de trabalho e as consequências sobre a saúde dos(as) trabalhadores(as), da relação entre Vale S.A e Sindicato, espionagem e momento de crise. **Confira a entrevista!**



1- Esta entrevista exprime a opinião do entrevistado e é de responsabilidade do mesmo.

Como é trabalhar em Carajás?

Como diz a sentença de um Juiz fantástico, o Dr. Jonas de Andrade, numa ação movida pelo Ministério Público em 2000: "o trabalho em Carajás é análogo à escravidão". Quando eu digo Carajás, eu digo o Complexo, que é o Salobo, o S11D, Carajás, todas as minas. Por que é análogo à escravidão? Imagine você sair de sua casa três horas da manhã, pegar um ônibus na chuva, frio ou seja qual for o clima, rodar duas horas e meia ou até três pra chegar numa mina, para você trabalhar e sair de lá e chegar na sua casa seis da tarde ou seis e meia.

Uma carga horária que chega até quatorze horas do ponto de saída até o retorno, em que você está se deslocando a serviço da empresa, passivo de toda e qualquer desgraça possível: acidente, lesão na coluna pelo longo tempo sentado no ônibus ou qualquer outra lesão, agravando lesões provocadas pelo trabalho excessivo. Tudo isso é desumano!

O turno de revezamento, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, é de 6h, mas sabe o que acontece em Carajás? Os acordos coletivos são firmados da seguinte forma: renovado o acordo específico, a cláusula sobre carga horária, turno de revezamento renovado por mais dois anos, de oito horas. Mas é oito horas? Não. Turno de revezamento, pela lei é de seis horas. Para colocar o turno de seis horas, a empresa teria que contratar o quinto turno, o que acarretaria na contratação de mais, pelo menos, três mil, talvez mais, trabalhadores para rodar todas as mi-

nas com o quinto turno. Isso ela vai enxergar como custo, mas ela não se preocupa com o trabalhador que vai ficar treze, quatorze ou quinze horas, isso sem fazer hora extra, que sempre tem, principalmente da equipe de manutenção quando tem parada de usina, o trabalhador fica até cinco horas extras, ou seja, vinte e quatro horas fora de casa.

Então, é desumano, e isso vai incidir num problema muito mais sério, que é a saúde do trabalhador: você tem uma carga horária intensiva, estressante, pressão, assédio moral, ruídos absurdos, poeira contaminante, discriminação (como é o meu caso, por questões políticas, que já fui demitido

quatro vezes e estou demitido desde 1º de agosto). Tudo isso causa muitos problemas à saúde e em Carajás há um índice muito grande de câncer entre os trabalhadores. A carga horária provoca um problema que está impactando diretamente no afastamento do trabalho, são os afastamentos por problemas de coluna, articulação de joelhos e ombros.

Você pode observar: se o trabalhador trabalhou na área de operação de caminhões fora de estrada ou carregadeira que utiliza os ombros e braços por muito tempo, em cinco anos naquela atividade, ele terá problema de saúde nas articulações dos ombros e na coluna. E tem uma coisa grave, a medicina da Vale, que é a saúde de medicina ocupacional, trabalha para encobrir isso de tal maneira que os médicos podem ser capazes de cometer a crueldade de minimizar o teu problema, te passar medicação e fazer fisioterapia. Essa medicação à base de substância que causa

“ O TRABALHO EM CARAJÁS É ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO ”

dependência como a morfina, alivia as dores e devolve o funcionário para o trabalho, isso vai provocar um desgaste muito maior no futuro. Tenho um colega que foi demitido agora, por justa causa, ele tem três hérnias de disco, quando ele estava trabalhando o médico só recomendava que ele fizesse uma cirurgia no futuro. Tem trabalhadores que estão de cadeiras de rodas. E o trabalhador, para a Vale, é descartável, depois que ele adoce a empresa empurra pro INSS, depois ele tenta voltar e fica para um lado e para o outro. Isso tudo sem assistência, porque o sindicato não orienta e nem cobra assistência da empresa.

E como a Vale S.A trata esses problemas de saúde?

Quando o trabalhador começa a apresentar muitos atestados de saúde, a Vale manda logo embora, pois para ela é melhor brigar na justiça do que ter você. Se você entrar pro INSS com código 91, que foi acidente de trabalho ou problema de saúde no trabalho, ela pode ser impactada. Se você ficar afastado e se aposentar por outro código, ela não é impactada. Então existe isso tudo, dentro do próprio sistema há uma guerra pelo código de afastamento, o 31 que é o afastamento por problemas de saúde ou o 91 que é problemas de saúde causados pelo trabalho, o 91 é o ideal porque o trabalhador sofreu a lesão lá dentro do trabalho. Já houve caso de o trabalhador estar afastado pelo código 91 e a empresa cortar o trabalhador do INSS para ele voltar a trabalhar e ser encostado novamente pelo código 31. Isso para tirar a pressão de cima dela. A mineração é considerada, na segurança do trabalho, área de risco 4, ficando abaixo somente de área de risco de quem trabalha na guerra, que é área de risco 5.

Como se dá a relação entre terceirizados e Vale S.A?

Olha, a Vale S.A tem uma relação interessante com os terceirizados: ela prega uma segurança no papel que é uma maravilha e para as terceirizadas ela até cobra segurança, mas vale muito no papel, se for para aumentar a produção e o lucro a segurança fica só no papel. Se der algum problema ou acidente, o trabalhador é investigado e até punido, mas depois volta tudo para o jeito que estava. Na questão do trabalhador terceirizado, o Sindicato aparece menos do que o nosso, às vezes, fazem algum movimento, algum teatro, até mais impactante do que o nosso. O nosso faz teatro para dizer que fez alguma coisa, mas só teatro. No período de assinatura do acordo coletivo, nós já até alertamos que isso irá acontecer novamente, o Sindicato irá fazer paralisações de meia hora em dois turnos, mas isso tudo acertado com a Vale S.A. Essa paralisação só implica em pequenos atrasos que são adiantados no dia anterior e recuperados, caso haja necessidade, no dia seguinte, mas não causa nenhum prejuízo. Já o Sindicato dos terceirizados não tem influência nenhuma lá dentro, não participa de nada lá dentro, nenhum protesto ou manifesto, eles fazem aqui embaixo [Parauapebas] alguma assembleia, algum movimento na portaria, mas no sentido de que nem o Metabase nem os outros sindicatos têm parcerias. Isso é importante para a estratégia da Empresa, pois se estão separados, é melhor pra controlar.

Fale um pouco mais sobre essa relação entre Vale S.A e Sindicato?

Eu diria que é uma relação de pai para filho, infelizmente. Só não sei quem é o pai

quem é o filho. Porque há uma cumplicidade, pois quando você está numa posição para defender os trabalhadores e a lei diz que é assim ou assado, vamos seguir o que está na lei e fazer um acordo o mais próximo possível da lei, mais justo possível. Mas não, aqui é diferente, quer ver observa como será esse ano: a Vale vai aprovar uma proposta de 5% de aumento e o valor proporcional ao vale alimentação "a proposta dela era cortar pela metade, mas como nós denunciamos no mundo inteiro, ela recuou, mas demitiu quatro pessoas da nossa chapa por retaliação. Ela queria cortar no meio, pagar uma indenização simbólica de sete mil reais e "comer" noventa e três milhões da mesa do trabalhador, só em Carajás". Primeiro, ela vai aparecer com a proposta de aumento zero, alegando que o momento é de crise, o Sindicato irá fazer o teatro em frente à portaria, paralisando meia hora para virar notícia, depois a Vale retorna com a proposta de 5% de aumento e o Sindicato vai aprovar. Agora, como é que o Sindicato faz negociação sem consultar os trabalhadores? E nós temos uma Súmula do STF que garante que nós não somos obrigados a aceitar a proposta e aí ficaria valendo o acordo anterior, que não é bom, mas é melhor do que o atual e não se perderia nada, só que o Sindicado nem fala nisso. A tentativa é salvar a empresa e "ferrar" com o trabalhador, ou seja, é um trabalho de cúmplice.

Quais as principais dificuldades que vocês têm encontrado para fazer militância em Carajás?

As eleições do Sindicato é algo sombrio; estrategicamente a Vale S.A. controla o Sindicato para tirar quanto mais ela puder do

trabalhador, e não é só aqui em Carajás, dos 23 sindicatos na base territorial da Vale S.A., só existe um que é combativo, que é o de Itabira-MG, o resto é controlado pela empresa. Aqui o Sindicato forja as eleições, e quando eu falo isso, falo com documentos, se você entrar no site do Ministério do Trabalho e com os dados do Sindicato, você vai ver que o Sindicato diz que fez eleições aqui em Carajás nos dias 04 e 05 de dezembro de 2014 com duas chapas e que a chapa vencedora teve 462 votos e não diz quantos votos teve a chapa opositora, isso é, coincidentemente, 10% do número de eleitores aptos a votar. Mas havia duas chapas? Não. Na Justiça do Trabalho, na defesa deles, eles



dizem que fizeram a eleição com uma chapa, porque receberam a decisão liminar de fazer com uma chapa só. Para o Ministério do Trabalho, eles dizem que teve duas chapas. Para qual ele está mentindo? A quem quer enganar? Isso com conivência da empresa, porque pra ela é interessante manter o Sindicato covarde e pelego na mão dela. O Sindicato deve ser um negociador e não um impositor, como é hoje. O edital de convocação das eleições, quando é divulgado, é divulgado em Belém, para ninguém saber.

Houve várias denúncias de que a Vale S.A. realiza espionagem no Brasil, como você vê isso em Parauapebas-PA?

Sabemos que há todo um sistema de espionagem e não precisamos ser gênios pra descobrir isso. As câmeras de segurança pública de Parauapebas e região, não tenham dúvidas, a Vale S.A. tem as imagens em tempo real no seu centro de controle no Rio de Janeiro, de todas. Eu tenho relatórios de lá. O meu carro é monitorado via placa, tem um programa israelense que quando passa o meu carro pelas câmeras, elas já informam a rota por onde eu estou andando. E são colocadas em pontos estratégicos, em frente ao salão de beleza da minha esposa tem uma câmera, e eu avisei pra ela que iriam colocar. O sistema de vigilância é da Prefeitura, só que doado pela Vale S.A. Eu tenho denúncias de pessoas me filmando e me fotografando na minha casa e usando viaturas da Polícia Civil pra fazer isso. Então tenho tido mais precaução, como deixar de sair de casa à noite e evitar alguns lugares, mas o meu segurança é o Senhor, é Deus. Eles tentaram armar uma situação para me prender, que consistia em forjar um flagrante de posse de drogas e me prender, isso no período da inscrição da chapa, justamente para não inscrever a chapa e queimar a minha imagem. Então, eu fiquei fora da cidade por uma semana. Eles tinham até um fotógrafo de plantão na Delegacia, aguardando a minha prisão. E fui lá e vi o fotógrafo. A viatura que me perseguia, era da Polícia Civil cedida pela Vale através de um convênio. Tudo isso eu denunciei no Minis-

tério Público. E depois que eu fiz a denúncia, a viatura sumiu, evaporou.

E como tem sido a relação entre a Vale S.A. e os trabalhadores nesse período de crise?

Nesse período de crise, só tem uma pessoa que leva lucro, é o patrão. Nesse caso, quem leva o lucro é a Vale S.A. O trabalhador é sempre o primeiro a sentir o impacto e o último a sair dessa crise. Estão demitindo, principalmente os que têm problema de saúde, os que

O TRABALHADOR É SEMPRE O PRIMEIRO A SENTIR O IMPACTO E O ÚLTIMO A SAIR DESSA CRISE

apresentam bastante atestado, pois o problema de saúde dele pode se agravar e vai ser problema para a empresa, e aqueles que têm os salários mais altos para contratar outro trabalhador com salário mais baixo; demite um que ganha cinco mil reais e contrata um por mil e quinhentos. No final das contas, o trabalhador está sendo o principal lesado, tanto o que sai como o que chega. O

peçoal tem me falado que houve mudanças no lanche e nas refeições. O lanche é só o café e no almoço você não pode mais se servir, tem uma pessoa para colocar um pouquinho de feijão, de arroz, salada e um pedaço de carne.

E como tem sido a reação da categoria?

O que eu percebo é um desespero, pois são várias mensagens que recebemos dos trabalhadores pedindo socorro e vendo na gente a única esperança de reverter esse quadro. O problema é que o medo é maior do que a necessidade. Porque ao longo dos anos a Vale S.A. pregou para o trabalhador que ele tem que se acovardar de tudo quanto é movimento que venha ser movimento de massa, se você vê uma manifestação na rua, passe para outro lado para não ser visto lá perto. E o trabalhador fica coagido e submetido ao trabalho, muitas vezes degradante, por medo da ameaça do desemprego. E o Sindicato reforça esse medo.

A necessidade pode ser maior que o medo?

Existe sim. Porque já existe a necessidade, o que falta é um sindicato combativo e que desperte a consciência nos trabalhadores. Nosso Jornalzinho tem ajudado nisso, porque quando ele sai, a categoria corre em cima pra matar sua sede de informação. Utilizamos outras ferramentas, como as redes sociais e programas de troca de mensagens.

Que mensagem você gostaria de deixar para a categoria?

Nesse momento, diante de tantos problemas internacionais, nacionais e locais, principalmente a crise, eu diria para o trabalhador que tudo vale a pena desde que seu sonho não se apequena. Se você não tem um sonho, você se satisfaz com qualquer coisa, mas se você tem um pequeno sonho, você luta por ele e ele pode se tornar grande. O trabalhador tem que lutar para melhorar sua qualidade de vida no traba-

O PROBLEMA É QUE O MEDO É MAIOR DO QUE A NECESSIDADE

lho, estudar pra entender como funciona o sistema do sindicato, da empresa, para poder ter voz e vez dentro do sindicato, mas que cada um procure se aproximar e não se afastar do sindicato, pois se afastando fica mais fácil para os outros dominarem e poderá trazer problemas no futuro. E tem outra frase que eu sempre digo, que é: Lutar sempre, desistir jamais!

Fotos: Mikael Carvalho

Acampados constroem pauta de reivindicações e denunciam impactos da mineração.



IMPACTOS DO PROJETO S11D EM CANAÃ DOS CARAJÁS, PA

Aianny Naiara Gomes Monteiro
Sanmarie Rigaud dos Santos

Os impactos abordados neste breve ensaio estão inseridos dentro do contexto de implementação do projeto de mineração Ferro Carajás S11D pela empresa Vale S.A, no município de Canaã dos Carajás.

Canaã dos Carajás foi criado em 1994, a partir do desmembramento de um impor-

ante município do sudeste paraense: Parauapebas. Surgiu a partir de um projeto de assentamento com o mesmo nome, criado em 1982 pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), do Governo Federal, o que dá um panorama do forte vínculo da economia da cidade com a produção agrícola, que perdura até hoje. De

acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população estimada do município em 2014 é de 32.366 habitantes.

O projeto S11D é considerado pela própria empresa Vale S.A como um dos maiores projetos de expansão da atividade mineradora de Carajás, e compreende a abertura de uma nova mina, com a construção de toda a estrutura para sua exploração, in-

cluindo um ramal ferroviário de 101 Km até a Estrada de Ferro Carajás (EFC), a duplicação da linha original da EFC, bem como a usina de beneficiamento e a estação de carregamento.¹

Visando garantir a estrutura necessária para a operacionalização do projeto, programada para 2016, a Vale S.A. vem, ao longo dos últimos anos, adquirindo lotes de



Manifestação contra a mineradora Vale S.A (2012)

terras² que pertenciam a famílias assentadas e ao poder público, União e Estado do Pará, o que vem causando conflitos e gerando graves impactos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais na região.

Projeto S11D e os conflitos socioambientais em Canaã dos Carajás

No Brasil, a atividade mineradora teve ápice de expansão nos anos 90



MANIFESTAÇÃO DE ACAMPADOS CONTRA A MINERADORA VALE S.A

1. <http://www.vale.com/brasil/PT/atividades/operacoes/S11D/PaginaDefault.aspx>
2. <https://atualizadovale.wordpress.com/2015/09/29/contos-da-articulacao-internacional-dos-atingidos-a-campesinato-vale-em-quele-ao-acampamento-de-canae-dos-carajas-e-em-til-diferencia-aos-trabalhadores-e-trabalhadoras-rurais-durante-a-cervanas/>

com o contexto liberal que proporcionou a injeção de capital estrangeiro para exploração de minério no Brasil (TRINDADE, 2011). Desde então, este modelo de atividade impulsionada por grandes empresas de nacionalidade estrangeira ou mista continua sendo uma das principais vertentes da economia, inclusive da Amazônia brasileira.

Apesar das expectativas econômicas geradas por um grande projeto de mineração, como o **S11D**, serem grandes, deve-se atentar, no entanto, aos aspectos que vão

terras é uma realidade, seja de forma devida, seja de forma ilegal através de grilagem de terras. Ocorre que, com a chegada de projetos, a concentração

fundiária aumenta, pois a especulação financeira sob as terras que existem nas proximidades acelera consequentemente.

Situação observada durante a **Caravana Norte** organizada pela Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale S.A. entre os dias 04 e 11 de agosto de 2015, que percorreu diversas comunidades afetadas pela exploração e escoamento de minério de ferro, empreendida pela empresa, no estado do Pará.

A situação vivenciada em Canaã dos Carajás revela os conflitos agrários existentes em função da intervenção da mineradora Vale S.A. no local. Atualmente, aproximadamente 400 famílias camponesas vivem em acampamentos em áreas reivindicadas pela empresa Vale S.A. como sua propriedade, compradas de forma irregular, algumas delas diretamente dos trabalhadores rurais a preços baixíssimos, e em outras dos especuladores que compraram as terras dos trabalhadores rurais que antes nelas residiam.

Essa situação ensejou a formação de acampamentos promovidos pelos trabalhadores rurais que não encontram espaço para trabalhar na empresa ou desenvolver a atividade agrícola em outros locais, dentre os quais o Acampamento Grolão do Mutum, o Acampamento Planalto Serra Dourada e o Acampamento Eduardo Galeano, os dois primeiros visitados pela Caravana Norte.

EVENTO REALIZADO PELA ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS (AS) PELA VALE S.A. EM AGOSTO DE 2015, PARA DAR VISIBILIDADE AOS IMPACTOS PROVOCADOS PELA VALE S.A. NOS ESTADOS DO MARANHÃO E PARÁ

É O MAIOR PROJETO DA INDÚSTRIA DE MINÉRIO DE FERRO, SENDO ESTRATÉGICO PARA A VALE S.A. MANTER SUA POSIÇÃO DE LIDERANÇA NO MERCADO GLOBAL

além do econômico, como o social e ambiental. Sobre essa observação, já na década de 90, foi constatado que é "para as regiões pobres que se têm dirigido os empreendimentos econômicos mais danosos em termos ambientais" (ACSERLAD, 2009, p. 8). Atualmente, é possível constatar que os impactos, entretanto, ultrapassam a esfera do ambiental, causando graves danos sociais.

Outros aspectos socioambientais da exploração minerária a serem ressaltados são os conflitos agrários decorrentes da especulação fundiária que ocorre após a implantação de um projeto minerário de grande porte. De fato, na região Amazônica, e no Pará em especial, a concentração de



Sant'anna Júnior (2014) avalia o Projeto Grande Carajás (inaugurado na década de 80 a extensa exploração mineral no Estado do Pará) como um fator que eleva a economia de um estado, porém não gera o desenvolvimento esperado e prometido para a localidade e sim concentração de terras, a violência e a miséria no campo, o inchaço urbano e maior concentração de renda.

Uma questão legal a ser observada é o fato dos chamados grandes projetos serem implantados com expressivo incentivo fiscal por meio da lei Kandir (lei complementar nº 87/1996), que prevê a isenção do pagamento de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), ou seja, as empresas mineradoras não pagam o imposto referente ao minério que é explorado no Brasil e posteriormente exporta-

do. Inclusive as críticas ao atual modelo de compensação da empresa mineradora são no sentido de que não se vê a melhoria das condições de vida das populações, com altos investimentos de seus recursos para "gerar oportunidades para as regiões" (Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, 2012), ao contrário, se constata uma gama de conflitos e degradação ambiental nessas comunidades.

Também na seara da tributação, desde 1989 as empresas mineradoras repassam aos Estados e Municípios, que sediam a exploração mineral, um percentual no valor calculado pela própria lei 7990/89, baseada no art. 21 da Constituição Federal Brasileira de 1988 que legisla: *Art. 1º O aproveitamento de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e dos recursos minerais,*



Canaã dos Carajás - PA

por quaisquer dos regimes previstos em lei, ensejará compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a ser calculada, distribuída e aplicada na forma estabelecida nesta Lei.

Além dos Estados e Municípios, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) também recebe um percentual de repasse que é denominado - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - (CFEM).

Apesar disso, os moradores de Canaã dos Carajás e de todas as cidades onde foi instalada a exploração mineral, seja a extração ou exportação, apenas experimentam as mazelas provocadas por sua operação.

Conforme foi possível abordar neste breve ensaio, os conflitos socioambientais

provocados pela atuação da empresa Vale S.A na cidade de Canaã dos Carajás não são resultado da atuação isolada da empresa, mas se encontram dentro de um contexto

de exploração dos recursos naturais e de um modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, que não considera as peculiaridades de cada local e as necessidades dos camponeses e sem-terra. A Vale S.A., acobertada pelos interesses do Estado, viola os direitos humanos, como direito à terra, à vida, à saúde e à moradia, com o único objetivo de garantir a continuidade de suas atividades.

Essa situação evidencia o descaso que há anos acompanha o estado do Pará, no que tange à questão agrária e socioambiental.

A VALE S.A VIOLA OS DIREITOS HUMANOS, COMO O DIREITO À TERRA, À VIDA, À SAÚDE E À MORADIA



ENSAIO FOTOGRÁFICO

Por que resistimos?

Por Marcelo Cruz

Resistimos porque precisamos conservar em nossas crianças a alegria de viver, brincar e sorrir

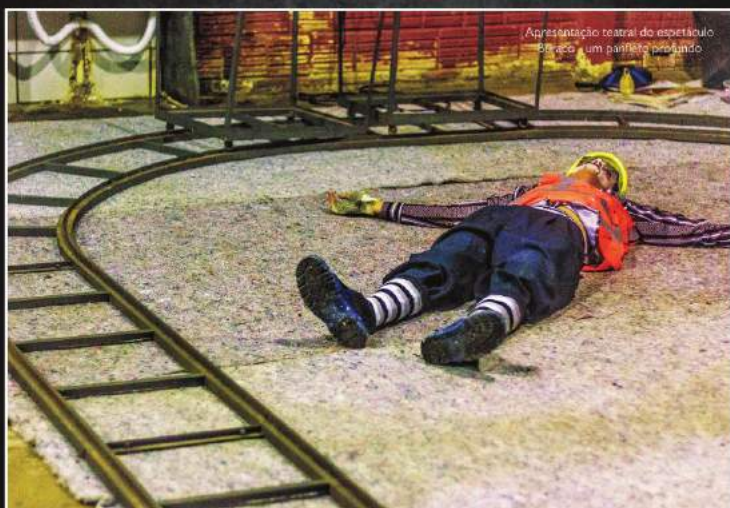


Fiquilândia de Baixo
Açailândia - MA



Marcha contra a Vale durante o Seminário Internacional Carajás 30 anos (2014) São Luis

Resistimos porque somos indígenas, somos quilombolas, somos pescadores, somos ribeirinhos, somos mulheres, somos negros, somos gente



Apresentação teatral do espetáculo Buraco - um planície profunda



Apresentação teatral do espetáculo Buraco - um planície profunda

Resistimos porque precisamos denunciar os impactos sofridos diariamente por centenas de famílias, vítimas de um processo de desenvolvimento que não enxerga as minorias

Resistimos porque existe um trem, o trem Vale S.A, que vai passando por nossos territórios, anunciando a injustiça



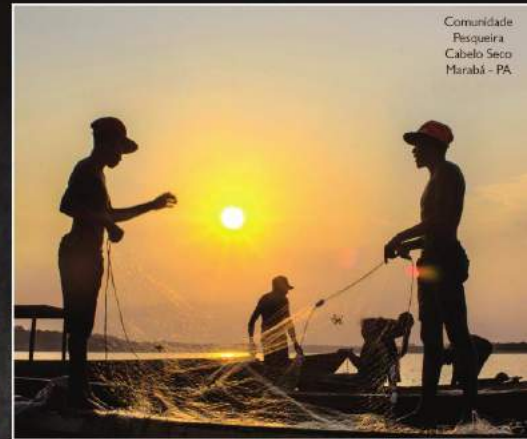
Fiquil de Babo
Açailândia - MA

Resistimos porque somos contra a exploração dos nossos recursos naturais para fins de acumulação



Rio Tocantins

Resistimos porque precisamos ecoar o nosso grito de justiça social



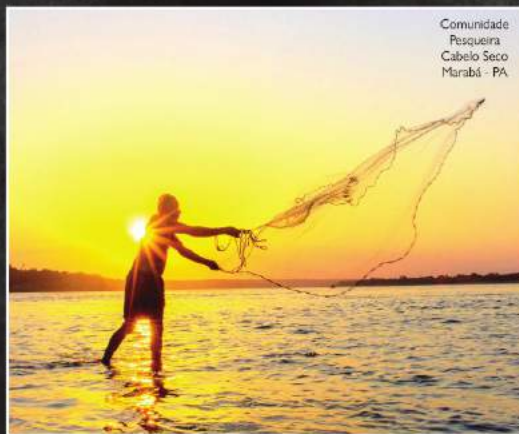
Comunidade
Pesqueira
Cabelo Seco
Marabá - PA

Resistimos porque temos uma história a preservar



Comunidade
Pesqueira
Cabelo Seco
Marabá - PA

Resistimos porque temos uma cultura a preservar



Comunidade
Pesqueira
Cabelo Seco
Marabá - PA

Resistimos porque temos uma vida a preservar



Quiombo Santa Rêis
dos Pretos - MA

Resistimos porque existimos

Fotos: Marcelo Cruz

O TREM AVANÇA

Por Larissa Santos

Em uma parte do Brasil é a lama que avança e vai destruindo rio, floresta, animais e pessoas. Muitos estão se dando conta dessa destruição depois do crime cometido pela Samarco, controlada pela Vale S.A. e BHP. A Vale S.A. é a mesma mineradora que está no Maranhão, sem medir esforços para fazer avançar o trem.

O trem que avança no Maranhão é o trem de minério, conta com 330 vagões, interligados por quatro locomotivas e corta 23 municípios nesse estado. O trem que avança transportando minério da Serra de Carajás, no Pará, até o litoral do Maranhão é o mesmo que, assim como a lama em Minas Gerais, destrói floresta, animais e pessoas.

"Raimundo Gama da Silva deixou cinco filhos". "Carlos Alberto trabalhava há 17 dias como motorista de trator e tinha acabado de assinar a carteira profissional". "Ele deixou a esposa e três filhos pequenos". "Geraldo era mestre de obras, viúvo, aproximadamente 65 anos, estava perto de receber a pensão da esposa e deixou dois filhos adultos".

Raimundo, Carlos, Geraldo e tantos outros fazem parte de uma lista incontável de pessoas que tiveram suas vidas interrompidas por um acidente ferroviário. Eles são três dos casos registrados pela Rede Justiça nos Trilhos, nos últimos anos, vítimas de atropelamento na Estrada de Ferro Carajás (EFC).

A EFC foi construída no início da década de 80 e desde então corta centenas de comunidades nos Estados do Maranhão e Pará. Faz parte da logística implantada pelo Programa Grande Carajás, que garante à mineradora Vale S.A a posição de uma das maiores mineradoras do mundo.

São 892 quilômetros de ferrovia usados para transportar os minérios extraídos pela Vale S.A na Serra de Carajás-PA. Além disso, há um trem para transporte de pessoas, também de responsabilidade da empresa. Nesse trecho há pessoas que tem seus territórios cortados ao meio pela ferrovia, como era o caso do senhor Geraldo, mestre de obras. Morador de Auzilândia, uma comunidade localizada no município de Alto Alegre do Pindaré - MA, o idoso

de 65 anos foi atropelado em setembro de 2013. "Ele passava por um trecho que é muito utilizado pelas pessoas, principalmente pelas crianças que precisam chegar à escola que fica do outro lado da ferrovia", contam os moradores.

Bem antes da morte de Geraldo, o índice de mortes por atropelamentos na EFC já era de uma a cada mês, e continua. "Esses são os dados que chegam à ANTT, mas seria necessário considerar que a maioria das comunidades atravessadas pela Estrada de Ferro são isoladas e pequenas, em vários casos, portanto, existe a possibilidade que nem o Boletim de Ocorrência venha a ser feito. Tudo indica, enfim, que o número de mortes é maior do que apontamos. Sem considerar os atropelamentos de animais silvestres e de criação. No caso das comunidades rurais pobres, ter uma vaca, um boi ou um cavalo atropelado é uma perda econômica grave para as famílias e uma ameaça à sua segurança alimentar", esclarece padre Dário Bossi, Missionário Comboniano.

O Promotor de Justiça do Maranhão, Márcio Tadeu, que estuda o fenômeno conhecido como "Meninos do Trem", diz que o Ministério Público Federal do Maranhão (MPF) recebeu pedidos de investigação sobre a segurança na EFC. "Dentro dessa investigação [Meninos do Trem] do Ministério Público, nós fizemos duas provocações a ANTT, para ela identificar a responsabilidade da Vale S.A. como concessionária da Estrada de Ferro Carajás na questão da segurança do transporte. E a ANTT sempre sustentou que a Vale agia em conformidade com a normativa".

Em 2010, a Rede Justiça nos Trilhos também enviou representação ao MPF (MA) sobre a segurança ao longo dos trilhos e sobre a responsabilização da empresa Vale

S.A. "A mineradora apresentou em julho de 2013 um plano de segurança da ferrovia extremamente fraco, impreciso e insatisfatório", conta padre Dário Bossi. Esse plano foi analisado criticamente por um engenheiro ferroviário canadense, encarregado pelo Ministério Público Federal do Maranhão de avaliar a eficiência das medidas indicadas pela Vale S.A. e sugerir propostas complementares. O engenheiro James Bertrand fez uma inspeção em todo o corredor durante o mês de fevereiro de 2014 e identificou a fragilidade do sistema de segurança da ferrovia. Para Danilo Chammás, advogado da Rede Justiça nos Trilhos, "a Vale S.A. conhece ou pelo menos deveria conhecer bem o problema e, conseqüentemente, as medidas para resolvê-lo. Em 2008, por exemplo, a Fundação Vale realizou um diagnóstico integrado de socioeconomia, com a assessoria da Diagonal Urbana, de São Paulo. Na ocasião, foram estudados e classificados os pontos críticos da EFC no que se refere ao nível de insegurança. Apesar disso, a empresa resiste em investir em obras de infraestrutura e outras medidas de sinalização e vigilância que, se aplicadas desde 2008, certamente teriam evitado muitas mortes ocorridas de lá pra cá e tantas outras que infelizmente ainda deverão seguir acontecendo no futuro".

Alguns casos emblemáticos de atropelamento na EFC são acompanhados pela Rede Justiça nos Trilhos por meio de assessoria jurídica aos familiares das vítimas. Duas decisões liminares favoráveis aos familiares das vítimas obrigam a Vale S.A. a pagar uma pensão mensal enquanto o processo tem continuidade. "Essa estratégia tem como objetivo empoderar as vítimas frente a seus agressores, motivar pelo exemplo de alguns a reação de outras famílias para que tomem providências similares, e atingir a empre-

sa no ponto mais sensível, que é sua imagem de agente socialmente responsável". Danilo Chammás explica que sentenças de condenação da Vale S.A. por atropelamento e morte de pessoas, além de afetar economicamente a empresa por conta das indenizações, ajudam a mostrar a verdade dos fatos à opinião pública e aos investidores da empresa.



Do outro lado da ferrovia

Para as mais de 100 comunidades situadas ao longo dos trilhos da Vale S.A. há sempre a expressão "do outro lado da ferrovia". "Do lado de lá fica o rio que a gente pesca". "Do lado de lá fica o campinho de futebol, a escola, o posto de saúde". Moradores que tiveram territórios e modos de vida cortados pela rotina do trem contam que precisam se deslocar diariamente, atravessando a EFC.

Esses moradores relatam que o número de acidentes e mortes na ferrovia tende a aumentar, caso a empresa continue com a política da falta de diálogo. "Na minha opinião ela deve estar junto das comunidades, junto das pessoas, com os jovens, com as crianças... para que eles possam manifestar

o seu pensar, o seu jeito de ver a segurança no entorno dessa estrada de ferro acontecendo da melhor maneira, com a opinião deles, para que eles digam o que é melhor: é uma rampa? É um túnel? É uma passarela? É cercar a estrada? Como evitar esses acidentes? Como evitar essas mortes? O atropelamento dos animais e das pessoas?

Porque a empresa pensa com seus técnicos, com seus profissionais, lá longe, sem olhar a realidade?", indaga um morador³ de comunidade cortada pelos trilhos.

Os moradores dessas comunidades denunciam que não sabem o que vai acontecer quando a duplicação da EFC estiver concluída. Sabe-se que o trânsito de trens será contínuo, mas permanece a indecisão sobre a construção de passagens seguras, como passarelas ou túneis, já que as que existem hoje são insuficientes, precárias e mal localizadas.

Para realizar o processo de licenciamento da duplicação da EFC, o IBAMA e a Vale S.A.

realizaram cinco reuniões públicas com as comunidades que vivem ao longo dos 892 quilômetros de ferrovia. Esse licenciamento chegou a ser declarado ilegal pela Justiça Federal do Maranhão e a duplicação da ferrovia foi paralisada por 40 dias. "A Vale chegou com seus planos feitos e muito pouco deles puderam ser renegociados a partir de indicações dos moradores", relatam. O caso da organização popular das comunidades quilombolas de Itapecuru-Mirim - MA é um exemplo da insatisfação. Revoltados pelos impactos da ferrovia e o descaso da empresa para com eles, os quilombolas mobilizaram-se, pediram ajuda do Ministério Público Federal e, depois de

uma sequência de reuniões, conseguiram em 2012 que a Vale S.A fosse obrigada a construir quatro viadutos no trecho que atravessa essa comunidade, por meio de um acordo judicial. Esse é um caso específico, mas evidencia que só a partir da organização popular e da pressão a empresa é que as comunidades conseguem ter os seus direitos atendidos. Percorrendo todo o corredor de Carajás e indagando os moradores, a maioria das respostas será sempre de que "ela [a empresa] não está investindo na segurança para que as pessoas possam estar transitando com dignidade pela estrada de ferro".

"É a gente que atropela o trem?"



É clara a estratégia da mineradora Vale S.A de transformar obrigações legais de prevenção e de reparar danos decorrentes de acidentes e mortes em oportunidades de propaganda, fotografias e sorrisos junto aos moradores das comunidades. "Tudo isso é mais barato que uma intervenção séria sobre a infraestrutura da ferrovia e bem mais rentável do ponto de vista da imagem da empresa" relata o advogado da Rede Justiça nos Trilhos.

"Além disso, a Vale procura de diversas maneiras desmoralizar as vítimas de atropelamento, alegando que a maioria delas estava bêbada ou querendo se suicidar", denunciam os moradores. Ou seja, aos olhos da Vale S.A nunca seria o trem que bateu nas pessoas, mas sim as pessoas que se jogaram contra ele.

As alegações da Vale S.A sobre os motivos das mortes ao longo dos trilhos, que já incomodavam muito as comunidades, tornaram-se públicas, quando, em 2013, o ex-funcionário da empresa, André Almeida, revelou um relatório interno comprovando que a Vale S.A tem como política forjar casos de suicídio em várias

ocasiões de morte ao longo dos trilhos.

Segundo a denúncia, isso ocorre quando funcionários da mineradora chegam antes de outras testemunhas no local do atropelamento e providenciam Boletins de Ocorrências com informações manipuladas. A empresa tenta transformar um homicídio culposo em suicídio. "Imagine a duplicação do sofrimento dos familiares da vítima, ao se espalhar esse tipo de interpretação do acidente! Essa atitude da empresa é extremamente grave, desmascara o real interesse que ela tem em solucionar o problema da falta de segurança e as atitudes aparentemente solidárias com que manifesta sua proximidade às comunidades", reforça padre Dário Bossi.

O comportamento da empresa faz com que "a maioria dos casos não sejam denunciados porque as pessoas têm medo do que ouvem falar, o que as comunidades escutam é que ninguém ganha nenhuma ação contra a Vale. Ela tem dinheiro para advogado, ela é muito rica, ela conhece os tribunais, ela tem acesso a tudo... Então as pessoas é que se jogam no trem para morrer e para ganhar indenização..." "Então eu vejo a empresa Vale como um câncer, uma maldição aqui nos nossos territórios".

Esses depoimentos são a prova de que para essas comunidades há um Maranhão antes da Estrada de Ferro Carajás e outro depois da estrada. E o trem que avança hoje pelos territórios maranhenses será duplicado em breve.



Moradores atravessam diariamente a E.F.C

S11D duplicará lucros, mas já triplica conflitos

PARÁ ALEM DA ATIVIDADE DE MINERAÇÃO DE COBRE, EM CANAÁ DOS CARAJÁS, COMEÇARÁ A OPERAR, EM 2016, AQUELE QUE PROMETE SER O 'MAIOR PROJETO DA HISTÓRIA DA VALE', A EXPLORAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO NA MINA S11D

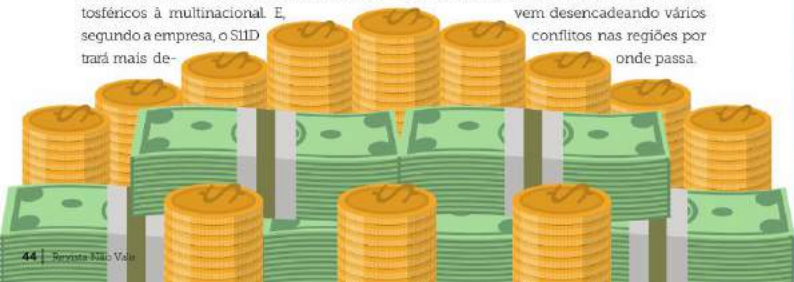
Por Mikaeli Carvalho



O empreendimento produzirá 90 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, volume pouco menor que a produção atual da mina de Carajás, atingida após duas décadas de operação. Quando estiver em plena capacidade, o projeto contribuirá para que a produção total de minério da Vale S.A no Pará alcance 230 milhões de toneladas por ano, gerando lucros estratosféricos à multinacional. E, segundo a empresa, o S11D terá mais de-

envolvimento para todo o complexo do corredor de Carajás.

Corredor de Carajás é um complexo composto por mina-ferrovia-porto, que abrange uma região que vai do Sudeste do Pará até o litoral do Maranhão. O novo projeto da Vale S.A traz a abertura de uma nova mina, duplicação de toda a ferrovia e ampliação do porto. Só que esse grande empreendimento, em vez de desenvolvimento, vem desencadeando vários conflitos nas regiões por onde passa.



A Estrada de Ferro Carajás (EFC) atravessa 23 municípios no Maranhão e quatro no Pará. Possui 892 Km de extensão, passando por aproximadamente 100 comunidades. Foi construída, literalmente, atravessando os territórios, o que teve como consequência intervenções violentas nas dinâmicas sociais dos povoados. Desde as atividades mais corriqueiras do dia a dia, como ir à roça, escola, até os momentos mais sagrados, como o nascimento e a morte, nesses povoados dão-se sob os pareceres da infraestrutura férrea. Agora toda a EFC está sendo duplicada, o que vem alavancando mais impactos nas comunidades localizadas nas proximidades da ferrovia.

As obras de duplicação da EFC, que começaram em 2012, têm gerado uma série de impactos e problemas de cunho socioambiental. Muitas comunidades têm reclamado e protestado devido aos danos gerados

nas estradas vicinais, que de uma hora para outra foram tomadas por várias caçambas de grande porte para as obras da duplicação, pela falta de emprego de moradores locais nos canteiros de obra. A segurança alimentar também foi prejudicada em alguns povoados, alguns se queixam, de que a duplicação está provocando assoreamento de igarapés, brejos e campos naturais, áreas fundamentais para comunidades rurais em que as pessoas retiram seu sustento da agricultura, da pesca e extrativismo.

Esses fatores têm levado as comunidades a se manifestarem contra esse empreendimento, a insatisfação com esse megaprojeto é tanta que em 2015 foram registradas 26 manifestações espalhadas por toda a extensão do corredor de Carajás. As reivindicações já vêm acontecendo desde 2012, ano que se começa a implantação do projeto S11D.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Rede Justiça nos Trilhos, nos últimos anos, o número de manifestações na Estrada de Ferro Carajás tem se intensificado. Em 2012 foram registradas três manifestações ao longo da EFC, em 2013 seis e em 2014 o número de protestos chegou a 15. A pesquisa aponta também que essas manifestações têm relação direta com o processo de duplicação da EFC, da empresa multinacional Vale S.A.

Dessa forma, o ano de 2015 supera em soma as manifestações dos três anos anteriores, o que mostra que, à medida que o processo de implantação do S11D avança, mais impactos são gerados, o que faz com que mais comunidades se manifestem para garantir o mínimo de direito possível.

As 26 manifestações, se fossem divididas por mês, seria em média pouco mais de duas manifestações para cada mês do ano, é como se a cada 15 dias em algum ponto do Corredor de Carajás uma comunidade se manifestasse contra os impactos gerados pela duplicação da Estrada de Ferro Carajás.

Só para se ter uma noção da força com que essas manifestações estão acontecendo, no mês de agosto ocorreram sete reivindicações diversas, como por exemplo, por mais segurança na ferrovia, para evitar acidente, melhorias nas estradas vicinais das comunidades, que estão desgastadas pelo fluxo de caminhões pesados que se locomovem em direção aos canteiros de obras e por falta de empregabilidade de moradores locais.

Nos povoados, a duplicação da estrada férrea está se dando quase da mesma forma que a construção da ferrovia na década de 1980, sem que os sujeitos sociais implicados no processo tenham o necessário conheci-

mento de como serão atingidos. As comunidades não são consultadas nem devidamente informadas sobre a duplicação da EFC. Para a pesquisadora Silsene Costa, da Rede Justiça nos Trilhos, as comunidades estão se manifestando na tentativa de garantir algum direito, já que estão sofrendo vários impactos provocados pela duplicação. "Essas comunidades fazem protestos, interdita a ferrovia, as estradas vicinais, para tentar barganhar com a empresa algum direito, algum benefício. Desde 2012 que as comunidades protestam para denunciar os danos causados por esse empreendimento", afirma Silsene.

Dos 27 municípios que compõem o complexo Carajás, em oito houve manifestações durante esse ano.

(VEJA A TABELA)



A expectativa criada pela Vale S.A em torno da geração de emprego para as comunidades é outro problema sério que já teve desdobramentos graves. Esse ano, em vários municípios ocorreram protestos em que pessoas denunciaram o fato de se ca-

dastrarem para emprego várias vezes sem nunca terem sido chamadas para trabalhar nos canteiros de obras, que se instalam ao redor das comunidades.

Uma das condicionantes para se fazer a duplicação é garantir que moradores locais sejam empregados nas obras durante todo o processo de implantação do projeto S11D. Mas não é bem isso que vem acontecendo.

Das 27 manifestações registradas, seis foram relacionadas a questões de empregabilidade. Destaque para as três que ocorreram em Buriticupu/MA, no mês de junho de 2015, vários jovens realizaram um protesto exigindo que a empresa cumprisse com a promessa de empregar trabalhadores locais, por esse motivo os manifestantes foram duramente reprimidos pela polícia militar. Dois jovens chegaram a denunciar que foram torturados por policiais sem identificação.

Para Uriel Meneses, morador de Buriticupu, as questões trabalhistas foram um foco das manifestações esse ano. E não só em Buriticupu, ele lembra também dos funcionários da Vale S.A que fizeram três protestos no decorrer de 2015. "Os próprios trabalhadores da Vale reivindicaram melhores condições de trabalho, o que nos leva a crer que até mesmo os empregados não estão satisfeitos com a política de empregabilidade que a empresa fornece, o que dirá as comunidades com canteiros de obras instalados em seus entornos", afirma Meneses.

Tendo como referência as manifestações em Buriticupu - MA, a empresa entrou com processo contra oito pessoas, que se manifestaram exigindo emprego nos canteiros de obras. Elas foram proibidas de se manifestarem perto da ferrovia, senão podem ser multadas em cinco mil reais diariamente. O mesmo artifício usado em Buriticupu-MA está sendo utilizado para reprimir manifestações por toda a extensão da EFC.

Mas a Vale S.A deveria lembrar que em 2012 a Justiça Federal do Maranhão considerou a duplicação da EFC ilegal, entre os argumentos apontados estava a falta de audiências públicas, as quais serviriam para informar e ouvir as comunidades. Todavia, a empresa se omitiu da realização dessas audiências sob o pretexto de que a obra é de pequeno impacto, não necessitando, portanto, da realização de audiências públicas, o que foi legitimado pelo órgão licenciador, ao dar uma licença para um empreendimento de grande porte, como se fosse de pequeno potencial impactante.

As manifestações não vêm acontecendo por acaso. Desde 2012, as dinâmicas das comunidades foram alteradas, se antes, com uma ferrovia já gerava vários impactos, agora com a duplicação tende-se a se ter também o dobro ou até o triplo de problemas. A evolução das manifestações durante esses quatro anos tem demonstrado bem esse caso.

Para Meneses, isso se dá porque o projeto S11D já nasceu como um projeto alavanca de terras para atender às demandas do mercado externo, não nasceu de um debate crítico com participação dos povos atingidos pelo mesmo. "Por isso o S11D provoca tantos conflitos nas comunidades, não há diálogo entre empresa e comunidade", relata Meneses.

O projeto S11D, que promete ser o mais inovador e entrar para a história da Vale S.A, de fato já entrou: só em quatro anos essa inovação provocou 53 manifestações registradas por jornais, sites, TVs e blogs. Isso comprova o que já se vem questionando há anos em todo o corredor de Carajás. Por que o lucro continua sendo privado, mas os impactos são coletivos? Aguardaremos atentos os próximos anos.

Duplicação da EFC já foi considerada ilegal

Em 2012, o processo de duplicação da EFC foi considerado ilegal e paralisado por uma ordem judicial implicada pelo juiz Ricardo Felipe Rodrigues Macieira, que deferiu liminar suspendendo o processo de licenciamento ambiental para a ampliação da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Entidades como a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, o Conselho Indigenista Missionário e o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) encabeçaram o pedido de liminar.

Na decisão, o juiz determinava que a Vale S.A realizasse Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e apresentasse Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), analisando de forma pormenorizada todas as comunidades remanescentes de quilombos e povos indígenas existentes ao longo da Estrada de Ferro Carajás.

Outras medidas cortadas na liminar eram a realização de audiências públicas em todos os municípios atingidos pela duplicação da ferrovia e consulta às comunidades impactadas, a fim de averiguar sobre seu consentimento prévio, livre e informado a respeito das obras.

A empresa alegou que já desenvolvia essas atividades nas comunidades e que o processo de duplicação era legal. Não demorou muito e a Vale S.A conseguiu derubar a liminar e continuar com o processo de duplicação da ferrovia. As comunidades impactadas por esse empreendimento ainda não têm informações claras de que tipo



Ato em frente ao porto da Vale S.A (2014)

de impactos sofrerão e como eles serão mitigados.

Em muitos pontos da EFC a falta de informação e o não cumprimento de algumas condicionantes, foram o que levou as comunidades a realizarem tantas manifestações durante esses quatro anos de duplicação da EFC.

Ainda em 2012, a Vale S.A também recebeu o prêmio de pior empresa do mundo pelo "PublicEyePeoples", premiação realizada pelo Greenpeace da Suíça e pela ONG Declaração de Berna, que escolhe as empresas com pior atuação em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente. O prêmio dá ainda mais legitimidade às manifestações decorrentes dos impactos gerados pela empresa.

O que são condicionantes?

As condicionantes são uma série de compromissos que o empreendedor e o Governo Federal assumiram com o órgão ambiental federal (Ibama) para obter e manter a autorização do empreendimento, garantindo a sustentabilidade ambiental do mesmo.

Entre algumas condicionantes para a implantação do projeto SIID, estão a geração de emprego para moradores de comunidades próximas as obras, criação e implantação de viadutos e passarelas, para gerar segurança e mais conforto na travessia da EFC.

Das 26 manifestações ocorridas esse ano, muitas delas foram pela falta de cumprimento dessas condicionantes, o que levou as comunidades a reivindicarem esses acordos estabelecidos para que acontecesse a implantação do projeto SIID.

Uma vivência

Por Sarah Lempp

A maldição dos recursos naturais

Lutas contra um modelo devastador no Brasil e na Alemanha

"O maior trem do mundo

Leva minha terra

Para a Alemanha

Leva minha terra

Para o Canadá

Leva minha terra

Para o Japão..."

Com uma voz forte e solene, Érica, uma mulher jovem com cabelo castanho comprido, declama um poema de Carlos Drummond de Andrade que o poeta escrevera em 1984, mas que ainda permanece válido. Estamos no mês de agosto de 2015, em Marabá, Pará, no pátio da Fundação Cabanagem. Aqui, o inverno brasileiro não se deixa sentir. O sol queima já de manhã, e os ventiladores, zunindo baixinho, mal conseguem combater o calor sufocante. Chegamos aqui no dia anterior: um grupo bem heterogêneo, com pessoas

de todas as partes do Brasil – e eu, uma jornalista da Alemanha. Vamos viajar juntos por quase uma semana para conhecer melhor os impactos da mineração na região e para discuti-los com pessoas afetadas. Sabia que a nossa caravana ia também tratar das ligações entre o norte do Brasil e o meu país. Mesmo assim, fico um pouco surpresa quando elas já são abordadas na cerimônia de abertura. "Leva minha terra para a Alemanha" – o que Andrade canta ainda hoje é real: mais de 50% do minério de ferro que a Alemanha importa vem do Brasil; a maioria dele vem da mina de Carajás-PA, a maior mina de ferro do mundo.

O maior trem do mundo

Puxado por cinco locomotivas

a óleo diesel Engatadas

geminadas desembestadas

Leva meu tempo, minha infância,

minha vida Triturada em 163

vagões de minério e destruição

O maior trem do mundo

Transporta a coisa mínima do

mundo Meu coração

itabirano...

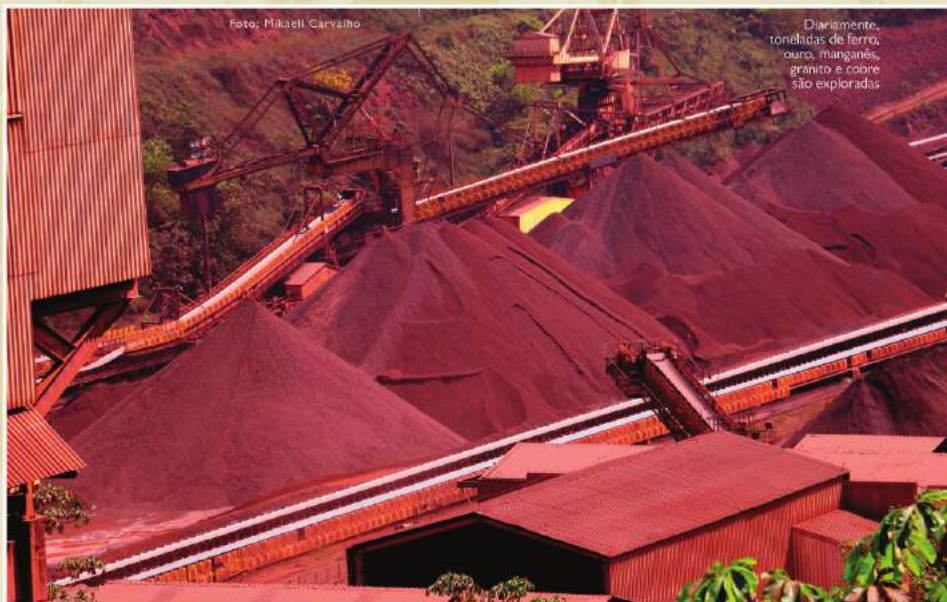
Estamos no Pará, e não em Minas Gerais, estado de onde Andrade é filho. Além disso, ele canta aqui o trem que transita da Estrada de Ferro Vitória até Minas – ou, se preferir, de Itabira até o porto de Tubarão, no Espírito Santo – e não o trem da Estrada de Ferro Carajás, que nós encontraremos daqui a pouco e que hoje em dia é tido como o maior trem do mundo. O projeto ferroviário de Carajás ainda estava em construção no ano de 1984, quando Andrade escreveu o poema. Porém, desde então não houve muitas mudanças no modelo extrativista de desenvolvimento baseado na exploração de recursos minerais – tão pouco nos impactos sociais e ecológicos provenientes dele.

Isso é surpreendente, pois as condições gerais políticas mudaram bastante desde então; em vez de um regime militar que podia impor grandes projetos, como a mineração na região de Carajás, de uma forma autoritária, há 30 anos o Brasil tem de novo governos eleitos democraticamente – e, há mais de 12 anos, até um governo petista de esquerda. Mesmo assim, esses governos apostaram na exploração e exportação de matérias-primas e não conseguiram escapar da "maldição dos recursos naturais" (por causa da qual uma abundância de recursos naturais não resulta automaticamente num desenvolvimento econômico sustentável no país respectivo). Segundo o cientista político Elmar Altvater, a riqueza em matérias-primas favorece uma monoestrutura econômica, promovendo o ganho de importância de determinados setores em detrimento de outros. O resultado desta equação é a dependência do poder político em relação ao poder econômico. Isso não muda substancialmente com o modelo chamado de neo-extrativismo – segundo o qual os rendimentos auferidos pela exportação de matéria-prima deveriam ser redis-

tribuídos para fins de políticas sociais. Dentro deste contexto, o capital – no caso de Carajás, a companhia Vale S.A., que atua na região há mais de 30 anos – tem total liberdade para aumentar os seus lucros sem escrúpulo algum.

Ganhamos uma primeira ideia disso quando, dois dias depois, visitamos a Floresta Nacional de Carajás. Como uma imensa ferida, a mina de Carajás se entrecruza bem no meio da área de proteção ambiental. Diariamente, toneladas de ferro, ouro, manganês, granito e cobre são exploradas aqui e transportadas para o porto de São Luís pela Estrada de Ferro Carajás. É com espanto que tomamos nota de que foi dada uma licença de mineração num ecossistema tão sensível. Segundo nossa guia, funcionária do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Vale S.A. conseguiu essa licença por meio de medidas compensatórias duvidosas. Com a mina "Mais 40", a companhia quer aumentar até mesmo sua produção anual em 40 toneladas.

Quais seriam as alternativas para o Brasil? "Claro, a situação está complicada", explica uma participante da nossa caravana, "pois o país vive da exportação de matérias-primas. Mas em vez da miséria atual, poderíamos ser um exemplo se a exploração fosse feita de maneira que as condições de trabalho fossem ótimas, que através dela boas escolas fossem financiadas e que tudo fosse feito da maneira mais ecológica possível!" Mas obviamente, a política não está



Diariamente, toneladas de ferro, ouro, manganês, granito e cobre são exploradas

nem disposta nem possibilitada de exigir antes, mais de 1.000 trabalhadores Sem-

terra, organizados pelo Movimento Sem-Terra (MST), ocuparam os trilhos sobre os quais passa normalmente o trem da Vale S.A. Eles removeram os dormentes e incendiaram-nos; uma fumaça espessa cobre o céu. As reivindicações dos ocupantes vão bem além da crítica à duplicação: "a nossa pauta tem mais de onze páginas", uma das militantes explica, rindo, ao nos mostrar o acampamento. A pauta se dirige à Vale S.A., mas também ao estado brasileiro, uma vez que o processo de legalização, no caso de

antes, mais de 1.000 trabalhadores Sem-terra, organizados pelo Movimento Sem-Terra (MST), ocuparam os trilhos sobre os quais passa normalmente o trem da Vale S.A. Eles removeram os dormentes e incendiaram-nos; uma fumaça espessa cobre o céu. As reivindicações dos ocupantes vão bem além da crítica à duplicação: "a nossa pauta tem mais de onze páginas", uma das militantes explica, rindo, ao nos mostrar o acampamento. A pauta se dirige à Vale S.A., mas também ao estado brasileiro, uma vez que o processo de legalização, no caso de muitos acampamentos, demora anos. Quando voltamos à área, no dia seguinte, os trilhos foram evacuados. As negocia-

Foto: Mikael Carvalho



A CRÍTICA À DUPLICAÇÃO DA ESTRADA
DE FERRO E TAMBÉM UM DOS MOTIVOS DA
OCUPAÇÃO DOS TRILHOS NO MUNICÍPIO
DE PARAJAPEBAS-PA

ções entre o MST e o Estado ainda estão em andamento; porém, como condição prévia, os ocupantes tiveram que manter uma distância mínima de 40 metros dos trilhos. Funcionários da Vale S.A. estão reparando os danos; em breve, o trem vai passar de novo.

*LÁ VAI O TREM MAIOR DO
MUNDO VAI SERPENTEANDO,
VAI SUMINDO
E UM DIA, EU SEI NÃO VOLTARÁ
POIS NEM TERRA NEM
CORAÇÃO EXISTEM MAIS*

Qual será a condição da região de Carajás em 80 anos, quando todas as minas estarão vazias e todo o ferro terá sido usado para construir carrocerias de carros alemães ou arranha-céus chineses? O que vimos nesses dias não aponta um prognóstico positivo para o futuro.

*Enquanto isso, na
Alemanha...*

Já em São Paulo, poucos dias depois de voltar do Pará, acompanhado pelo Twitter e Facebook como mais de 1.000 pessoas par-

participam de um grande protesto contra a extração de linhito na Alemanha. Linhito é uma das fontes de energia com os efeitos mais negativos para o clima. A empresa alemã RWE o extrai na Renânia, oeste do país. Por isso, dezenas de povoados foram danificados e mais de 37.000 pessoas foram realocadas desde a década de 1950.

Durante o protesto, os militantes invadem uma das minas de linhito e conseguem parar as dragas gigantes. É o maior protesto do movimento alemão pelo clima há anos: os comentários e as avaliações dos participantes são bem eufóricos. Até os relatórios nos meios de comunicação tradicionais são positivos, e alguns militantes esperam que os protestos sejam o início de um grande movimento contra o linhito comparável ao movimento contra a energia nuclear nos anos 70 e 80.

Um outro ponto de referência importante dos protestos é o movimento pelo decrescimento, que ainda é bem novo na Alemanha. Esse movimento problematiza o crescimento econômico como uma causa principal das alterações climáticas e reivindica a redução substancial do crescimen-

to econômico, sobretudo nos países ricos. Além disso, o movimento luta contra o que ele chama de "o estilo de vida imperial" – isto é, o modelo de consumo prevalente nas classes médias e altas baseado tanto no consumo intenso de recursos naturais, como na exploração de mão de obra "barata", sobretudo nos países pobres.

Existem com certeza diferenças importantes entre os protestos contra a extração de linhito na Alemanha e as resistências contra a Vale S.A. no Brasil. Por exemplo, no contexto do neo-extrativismo brasileiro, luta-se contra um modelo de "desenvolvimento" muito mais abrangente – aqui, a extração de matérias-primas é uma atividade econômica essencial, enquanto na Alemanha só se trata de uma atividade entre muitas outras. Além disso, o protesto na Alemanha é dirigido sobretudo aos impactos climáticos – em primeiro lugar, o movimento critica as emissões de CO2 causadas pelo linhito. Há ainda um outro aspecto, os militantes no Brasil têm que enfrentar um nível de violência muito mais alto. Na Alemanha, há muitos casos de violência policial contra manifestantes, mas não há

O QUE VIMOS NESSES DIAS NÃO APONTA UM PROGNÓSTICO POSITIVO PARA O FUTURO



Foto: Mikaeli Carvalho

assassinatos e chacinas, uma triste realidade que ainda ocorre no Brasil.

Apesar disso, a resistência contra a extração de linhito na Alemanha e aquela contra a Vale S.A. no Brasil têm algumas coisas em comum: ambos os movimentos atacam um modelo econômico com impactos sociais e ecológicos violentos e criticam o fato de que nele tanto os homens como a natureza são sacrificados. "Desenvolvimento para quem?" – ambos os movimentos se preocupam com esta questão, e ambos têm na luta contra uma empresa transnacional o símbolo do modelo criticado por eles.

Além disso, os dois movimentos tentam tornar as suas lutas internacionais, construir redes e contatos com militantes em outros países e incluir aspectos globais na sua análise. Por exemplo, durante os protestos contra o linhito nos quais muitos militantes de outros países europeus participaram, houve oficinas sobre os impactos da extração de carvão na Colômbia e sobre as conexões entre a alteração climática e a migração. Com respeito à Vale S.A., militantes na Alemanha e no Brasil pensam estratégias

para "atacar" a empresa a partir da Alemanha – exigindo, por exemplo, maior transparência dos fornecedores de matéria-prima em relação à sua cadeia de produção. A luta contra a Vale S.A. é internacionalizada também pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale na qual colaboram, entre outros, militantes do Brasil, do Canadá e de Moçambique.

O fortalecimento das redes entre os movimentos sociais parece ser o caminho a seguir num mundo cada vez mais globalizado. Julianna Malerba, da ONG FASE, numa entrevista sobre mineração no Brasil explica: "A medida em que os projetos se tornam cada vez maiores, mais abrangentes e mais integrados no mundo globalizado, os movimentos de resistência também passam a ser cada vez maiores, mais abrangentes e interligados no mundo globalizado." Enfim, foi isso que a caravana nos mostrou. Vai ser muito difícil se opor à "fome" mundial por matérias-primas, mas é importante que continuemos nos unindo e nos solidarizando



Parauapebas - PA

O poder das ações coletivas no combate ao trabalho escravo e a luta por direitos trabalhistas

O pesquisador maranhense, Marcelo Sampaio Carneiro, fala da importância das ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos, no combate ao trabalho escravo e na garantia de direitos trabalhistas

Por Lidiane Ferraz

Marcelo Sampaio Carneiro, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, organizou recentemente – com José Ricardo Ramalho (UFRJ) – o livro "Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudoeste brasileiro", composto por artigos diversos, que avaliam a situação atual da atividade minero-metalúrgica na Amazônia e nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Um dos principais temas do livro é a questão da geração de emprego no setor minero-metalúrgico e o comportamento do mercado de trabalho na região amazônica, focalizada a partir da mobilização de sindicatos e movimentos sociais locais em práticas de oposição às empresas dessa cadeia produtiva que, ao mesmo tempo em que criam empregos formais, também adotam formas precárias de contratação.



Foto: Internet

Uma das principais problemáticas abordadas pelo livro são as relações de trabalho da siderurgia na Amazônia brasileira e a situação de trabalho escravo contemporâneo. Qual é o atual cenário enfrentado pelos trabalhadores?

As atividades siderúrgicas na Amazônia oriental se concentraram em duas cidades: Açailândia (MA) e Marabá (PA) e possuem uma característica específica dessa produção siderúrgica, pois ela precisa de carvão vegetal em seu processo produtivo, no entanto, antes é necessário fazer a distinção entre as relações de trabalho na atividade siderúrgica, propriamente dita, sobre a condição de trabalho dos metalúrgicos e dos trabalhadores envolvidos na atividade de carvoejamento para a produção siderúrgica.

Do ponto de vista dos metalúrgicos, o que a gente tem acompanhado nesses últimos anos, a partir da crise econômica de 2008, é uma situação de muita instabilidade, pois a primeira reação das empresas diante da crise foi o corte de direitos trabalhistas e a demissão dos trabalhadores. Atualmente, com a redução dos preços do ferro-gusa no mercado norte-americano – ano passado pagavam US\$ 250,00 e hoje estariam pagando somente 170,00 – as empresas estão demitindo novamente e pressionando o Sindicato dos Metalúrgicos para postergar a data da convenção coletiva. Contudo, uma coisa que eles não mostram é o seguinte: no ano passado o dólar valia em média R\$ 2,80; hoje o dólar vale 3,80 e houve momentos que chegou a 4,20. Ou seja, por mais que o preço tenha caído, a desvalorização do real faz com que você

receba mais por cada tonelada de Gusa vendida. Como os custos de produção das siderúrgicas não são em dólar, elas não perdem rentabilidade porque elas compram carvão em real, os salários dos trabalhadores são pagos em real.

No caso dos trabalhadores das carvoarias a questão é outra, pois, desde o início, quando as empresas chegaram na região, em 1988, não havia produção de carvão para fins industriais, só para fins domésticos que os camponeses faziam para consumo próprio. Quando essa atividade passou a ser feita para fins industriais, ainda havia muita madeira de mata nativa disponível na região, principalmente em Açailândia, Buniticupu, Amarante, Dom Eliseu, Goiânia, e Paragominas, que representavam os polos madeireiros mais importantes da região. A princípio, as siderúrgicas adquiriram o carvão de atravessadores e empresários informais que contratavam trabalhadores em situação absolutamente aviltante e faziam a extração da madeira da floresta nativa sem nenhuma preocupação com a legalidade das relações de trabalho, pois os trabalhadores não tinham carteira assinada e, muitas das vezes, ocorriam situações chamadas de trabalho escravo ou escravidão contemporânea.

Quando você não tem nenhuma regulamentação trabalhista funcionando, você tem um ambiente propício para exploração desses trabalhadores, esse era o principal cenário do trabalho nas carvoarias. Entretanto, a partir dos anos 1990, com o surgimento do Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos de Açailândia, essa situação começou a mudar, pois o Centro começou a fazer campanhas de denúncia contra a situação de escravidão nas carvoarias que abasteciam as siderúrgicas.

O que se tem feito para o combate ao trabalho escravo nas carvoarias que alimentam a indústria siderúrgica?

Conseguimos ter uma forte mobilização

social. Principalmente após a criação do Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos de Açailândia, que se tornou uma referência para todo o Brasil, com as campanhas sobre o trabalho escravo nessa região da Amazônia maranhense e da Amazônia oriental, de maneira geral. Com as denúncias apresentadas pelo Centro, a fiscalização do trabalho – realizada a partir do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, do Ministério do Trabalho – passou a correr nas carvoarias que abasteciam as indústrias de Açailândia e Marabá. Muitos casos de trabalho escravo foram identificados e as empresas que contratavam esses trabalhadores e/ou que compravam o carvão produzido foram autuadas e multadas. Houve uma visibilidade dessa situação e o Estado reconheceu e passou a investir na fiscalização, e essa foi a primeira mudança importante. A pressão foi tão grande que as siderúrgicas se viram obrigadas a tomar duas iniciativas: a primeira foi assinar o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo junto com o Ministério Público do Trabalho, o Instituto Ethos, a Organização Internacional do Trabalho, Repórter Brasil etc. assumindo o compromisso de combater o trabalho escravo e criaram uma entidade chamada Instituto Carvão Cidadão, para fazer a fiscalização nos fornecedores de carvão das siderúrgicas que aderiram ao Pacto. Medidas importantes, que mostram como a mobilização popular é capaz de pressionar as empresas a adotarem outros padrões de aquisição do carvão e a se responsabilizarem com as condições de trabalho nas carvoarias.

Outro aspecto a ser considerado é que, no momento em que as siderúrgicas chegaram à Amazônia, ainda havia muita madeira nativa na região, e as empresas não possuíam nenhuma política séria de abastecimento de carvão a partir de fontes renováveis. Em 2005, o IBAMA realizou uma fiscalização sobre a origem do carvão consumido por essas siderúrgicas e ficou constatado que essas empresas não possuíam

fontes próprias de abastecimento de carvão, de forma que elas foram multadas e obrigadas a assinar um compromisso de investir na produção de carvão, a partir de reflorestamento e na constituição de empresas para contratação direta dos trabalhadores de carvoarias. Assim, a Queiroz Galvão Siderurgia criou a Energia Verde, a Viena Siderúrgica criou Açai Florestal enquanto a Gusa Nordeste criou a G5, hoje designada Energia Viva. Essas empresas contratam diretamente seus trabalhadores para atuar nas carvoarias, com um processo mais formalizado das relações de trabalho. Então se a gente junta a pressão dos movimentos sociais, a falta de carvão de mata nativa, o investimento que as siderúrgicas fizeram no reflorestamento, nós temos um quadro de maior formalização das relações de trabalho e da redução das situações de trabalho escravo.

Isso não significa dizer que as relações de trabalho na produção do carvão tenham se tornado um mar de rosas, pois o processo de trabalho na atividade de reflorestamento e carvoejamento continua sendo um trabalho muito pesado.

Estamos acompanhando por meio dos noticiários uma crise no setor siderúrgico, o que as empresas vêm fazendo para sair da recessão e quais os principais impactos sofridos nos direitos dos trabalhadores?

A estratégia das empresas é jogar a crise na costa dos trabalhadores. Uma questão importante de se colocar é que há um debate em Açailândia se estamos vivendo uma nova crise do setor siderúrgico. Na minha visão, apesar das exportações de ferro-gusa não terem retornado o nível anterior à crise econômica de 2008, as empresas localizadas no Maranhão conseguiram recuperar uma parcela importante do mercado norte-americano. O problema é que os preços do ferro-gusa não voltaram aos valores de antes, o que diminui a rentabilidade des-

sas empresas. Ou seja, não vejo uma nova crise do setor, mesmo porque eles estão ganhando com a desvalorização cambial. Por outro lado, é preciso ver que as empresas trabalham com um cenário de crise, ameaçando com demissões, para tentar sempre obter mais garantias, vantagens, redução de impostos do governo do Estado, benefícios fiscais etc.

Em Buriticupu, comunidade impactada pela EFC, ocorrem várias manifestações de moradores em busca de emprego ou o motivo das reivindicações é que uma das medidas compensatórias da Vale S.A no processo de duplicação da EFC seria a contratação de mão de obra nas comunidades impactadas pela ferrovia, como a empresa enxerga essa mão de obra?

A Vale é uma grande empregadora e tem o complexo mina/ferrovia/porto. Em uma recente pesquisa que estudou os trabalhadores da mineração em Carajás, vamos partir desse trabalhador para depois falar dos trabalhadores da duplicação. A mineração é o filé mignon, onde se concentram os melhores empregos, de acordo com a pesquisa que estudou os trabalhadores do transporte dentro da serra de Carajás e este se divide em dois subsetores: os trabalhadores que transportam o minério dentro da lava mineral, e os trabalhadores que transportam os trabalhadores, pois a serra fica distante do local onde a maioria dos trabalhadores estão alojados, em Parauapebas.

Foi percebido durante a pesquisa que há um processo muito grande de terceirização. Quando a Vale se implantou em Carajás e ela precisava segurar esses trabalhadores contratados diretamente pela empresa. Hoje passaram a ser contratados de empresas terceirizadas e até mesmo quartelizadas, o que se torna um processo de precarização das relações de trabalho na serra de Carajás, além disso, uma coisa que é importante a

destacar são as mudanças que irão ocorrer na nova mina da Vale, que vai ser a mina mais moderna que entrará em operação, e uma das principais características da mina é não ter mais o transporte de minério, com trabalhadores em caçambas, esse processo irá ocorrer através de esteiras, um processo que já ocorre no Canadá.

Além de estar terceirizando pessoas com situações de trabalho mais precárias (salários menores e direitos trabalhistas reduzidos), também se reduz o número de trabalhadores que estão empregados, ou seja, a mineração está trabalhando cada vez mais com capital intensivo, usando cada vez mais máquinas e cada vez menos trabalhadores. Do ponto de vista dos trabalhadores é ruim e também do ponto de vista do desenvolvimento regional, porque uma das poucas coisas dos impactos positivos da mineração são os trabalhadores que ela emprega e, por sua vez, consomem na região. Agora, se essa empresa está substituindo trabalhadores por máquina que não são fabricadas nos estados do Maranhão ou no Pará, mas sim no sudeste ou até mesmo importadas, é um recurso que não fica na região.

No ponto de vista dos empregos gerados pela duplicação da ferrovia, a empresa gera postos de trabalho que são temporários, que exigem pouca qualificação profissional e, ao terminar as obras de duplicação, dificilmente serão incorporados à empresa. Não vão ser incorporados como operadores de locomotivas. Naquele momento, o emprego é importante para aquelas famílias, mas não é algo sustentável, são problemas desse tipo de emprego que não permanecem na região e não é nada animador.

Onde será feita a extração do minério de ferro para o Projeto S11D. De acordo com a Vale S.A, dessa mina serão extraídos 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro por ano

Estamos passando por uma nova crise e em 2014, o preço do minério decresceu bruscamente e mesmo assim a Vale S.A. está abrindo uma nova mina. Como você enxerga esse cenário de contradição entre uma crise e a expansão da produção?

Em 2008, a crise afetou mais especificamente as siderúrgicas de Carajás porque houve uma retração na economia norte-americana, no entanto, a economia chinesa, que consome mais minério no mundo inteiro, e de Carajás, continuou crescendo. Inclusive, naquela época as siderúrgicas reclamavam que o preço do ferro gusa estava baixando e a Vale estava aumentando o preço do minério de ferro. Porque o mercado siderúrgico era norteamericano, enquanto a Vale atendia ao mercado chinês. O que aconteceu foi que de lá para cá a economia chinesa começou a diminuir bastante, crescia de 10 a 12%, hoje a expectativa é que cresça somente 6 a 6,5% ao ano. Isso desvalorizou o minério e fez descer o preço da tonelada que era de US\$ 150,00 passando para US\$ 50,00 a tonelada. Isso coloca um problema para as mineradoras que têm sua receita dividida por três.

A Vale está enfrentando essa crise cortando custo de produção. Levando em conta que o minério de Carajás é de excelente qualidade, dizem que é o melhor minério de ferro no mundo, então há uma demanda por conta desse minério de ferro; depois quando você tem uma situação como esta e que você tem uma diminuição do mercado consumidor e um excesso de oferta, uma crise de superprodução, a tendência é que os mais fracos saiam do mercado. Então você teve nesse período do boom do preço do minério de ferro, empresas que compravam o minério para produzir aço, por exemplo, passaram a explorar jazidas de minério de ferro, mas quando esse mercado está

congestionando, por um excesso de capacidade, essas empresas menores foram as primeiras a sair do mercado. A Vale, a Anglo-American e a BHP são as que têm mais capacidade para suportar, pois têm perspectiva que o mercado volte a crescer.

O presidente da Vale, Murilo Ferreira, em entrevista ao jornal Valor Econômico, disse que a nova mina de ferro em Carajás vai produzir no valor de 12 dólares a tonelada, o que seria um dos custos mais baixos do mercado. O problema é que quando essas grandes empresas começam a reduzir custos, investimentos importantes como os que devem ser feitos em questões ambientais e sociais são os primeiros a serem sacrificados. Nesse sentido, temos o exemplo do que ocorreu na tragédia de Mariana-MG, provocado pela mineradora Samarco (joint-venture da Vale com a BHP). De acordo com algumas análises, a barragem de rejeitos estava sendo utilizada além do limite de segurança indicado, pois a empresa estava num ritmo muito elevado de produção, para atender aos ditames do mercado e de seus acionistas.

Essa é a saída da Vale: aumentar produção e cortar custos de produção, pois precisa dar respostas somente a um grupo, o dos acionistas da empresa que são os deuses que a Vale adora, então o Murilo tem que responder às expectativas dos acionistas. Ele foi claro: "o preço do minério de ferro diminuiu e para enfrentar esse cenário vamos aumentar a capacidade de produção e vamos produzir cada vez mais a um preço cada vez menor", anunciou. O problema é o que tem sido sacrificado e quem está pagando esse preço.

Ao mesmo tempo que existe um ataque ao movimento trabalhista com a expansão da terceirização e precarização das relações de trabalho, a empresa também interferiu no processo de substituição das lideranças sindicais que existiam até o final dos anos 80 ao início dos anos 90 e era uma liderança sindical muito combativa e que participava com os movimentos sindicais da região e crítica ao desenvolvi-

mento, a empresa investiu nas eleições de um sindicalismo controlado e recentemente neste ano nós tivemos uma tentativa de apresentação de uma nova chapa, que resgatava a tradição de lutas e mais uma vez houve dificuldade porque a empresa trabalhou para que a diretoria atual permanecesse à frente do sindicato. Uma das coisas mais importantes é que se você quer reverter a situação de precarização você tem que ter sindicatos fortes e combativos que defendam os interesses dos trabalhadores e isso tem sido dificultado pela interferência da empresa nesse processo de escolha de representantes sindicais onde há um dilema do sindicalismo que passou a revigorar em Carajás a partir dos anos 90, se afastou dos movimentos sociais da região e da crítica a esse modelo de desenvolvimento em que outro momento foi parceiro importante das comunidades contra remoções e movimentos ambientalistas, na crítica que tem que ser feita à mineração quando ela descumprir a legislação ambiental.

De acordo com pesquisas, a terceirização enfraquece o movimento, pois há uma rotatividade muito grande de trabalhadores e por isso é difícil ter uma liderança sindical organizada, mesmo assim quando se tem relações de trabalho muito ruins se têm casos de incendiar alojamento e mobilização na serra dos Carajás. Uma coisa que eu acho que é a mensagem central do livro é que a gente tem que continuar investindo na organização sindical dos trabalhadores, porque só a partir daí podemos reverter essa situação; por outro lado, ele mostra o quanto importante é você ter novamente uma articulação entre movimentos sindicais, populares e ambientalista. Porque na tragédia de Mariana, morreram trabalhadores, as comunidades foram atingidas por não ter um plano de evacuação, porque as barragens estavam sendo utilizadas acima do limite que devia. O Estado também deveria ter uma forte presença, pois se ele não cumpre sua tarefa de regulamentação e fiscalização, estamos sujeitos a esses desastres.

Desastre em Minas Gerais



Nota da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale S.A.



Após o rompimento da Barragem de Rejeitos do Fundão, na cidade de Mariana, estado de Minas Gerais, a situação nas regiões afetadas se agrava. Os mortos e desaparecidos, o soterramento de comunidades inteiras, a morte do Rio Doce—uma das maiores bacias hidrográficas brasileiras—são apenas o começo da tragédia provocada pela empresa Samarco S.A., a joint venture das mineradoras BHP Billiton Ltda e da Vale S.A. O maior desastre ambiental ocorrido no Brasil foi um crime, e as populações atingidas, que seguem lutando pela sua sobrevivência, agora lutam por justiça.

Encontra-se em risco a dignidade humana de 3,2 milhões de pessoas, que é a população estimada da bacia do Rio Doce, principal afetada pelo desastre socioambiental. Quando, em 05 de novembro de 2015, a barragem de Rejeitos de Fundão se rompeu, foram derramados 62 milhões de metros cúbicos de lama tóxica, que em poucos minutos alcançaram o distrito de Bento Rodrigues, destruindo completamente o local. A quantidade de rejeitos prova que as empresas tinham ultrapassado, e muito, a capacidade da barragem. Em 04 de dezembro, um documento do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) revelou que a Vale S.A depositou uma quantidade maior de rejeitos de minérios na barragem da Samarco que se rompeu do que havia declarado oficialmente. Ela era

responsável por quase 30% dos rejeitos do minério da barragem que se rompeu. Desté modo, no contexto das responsabilizações, a Samarco e a Vale S.A devem ser vistas no mesmo grupo de responsáveis pelo ocorrido, negando, assim, o papel de mera acionista da Samarco que a empresa Vale S.A declara publicamente.

Em horas, a lama se alastrou, soterrando casas do distrito de Paracatu de Baixo. As localidades de Paracatu de Cima, Gesteira, Campinas, Pedras, Camargos, Ponte do Gama e Borba e Bicas também foram imediatamente atingidas. A população das localidades não foi comunicada em tempo hábil de salvar objetos, bens e familiares. A lama destruiu casas, igrejas, escolas, currais, pontes, plantações e criações. Até o presente momento, contabiliza-se o número de doze mortos e onze desaparecidos. As buscas por vítimas fatais continuam. O percurso da lama persistiu com intensidade, atingindo o Rio Doce e todos os municípios cortados por ele entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, até chegar ao Oceano Atlântico, a 700 km de distância. Cerca de oito milhões de toneladas de peixes contaminados e mortos já foram retiradas do rio. Todo este cenário de destruição comprova a ausência de um plano de emergência efetivo da Samarco com o objetivo de conter o alastramento da lama de rejeitos e o assessoramento das populações do entorno.

Em 25 de novembro, os relatores espe-



Fotos: Internet

ciais da ONU para assuntos de Direitos Humanos e Meio Ambiente, John Knox, e para Direitos Humanos e Substâncias Tóxicas, Baskut Tunçak, criticaram publicamente a demora de três semanas para a divulgação de informações sobre os riscos gerados pelos bilhões de litros de lama vazados no Rio Doce após o rompimento da barragem. Em um comunicado, os relatores afirmaram que "as providências tomadas pelo governo brasileiro, a Vale S.A e a BHP para prevenir danos foram claramente insuficientes. As empresas e o governo deveriam estar fazendo tudo que podem para prevenir mais problemas, o que inclui a exposição a metais pesados e substâncias tóxicas. Este não é o momento para posturas defensivas".

Na maior parte dos distritos atingidos da região do Rio Doce, a presença da própria empresa Samarco é mais forte do que a de órgãos públicos, como Defensoria, Ministério Público e Prefeituras Municipais. Os órgãos públicos não têm sido capazes de fazer um monitoramento adequado de toda a água e lama em pontos diferentes da bacia e com regularidade, disponibilizando publicamente um laudo efetivo sobre as condições da água e as possibilidades de contaminação. No dia 13 de novembro, a Vale S.A enviou água contaminada com querosene para a cidade de Governador Valadares (MG), a maior cidade da região, com quase 300 mil habitantes, que enfrentava a interrupção no abastecimento de água por causa da lama. A ausência ou transferência de responsabilidade do poder público para as empresas contribui para o agravamento da situação.

Em 27 de novembro, o Governo Federal, junto com os Governos dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, anunciaram uma ação judicial de R\$20 bilhões contra a Samarco, Vale e BHP. O principal efeito des-

ta medida foi produzido uma semana depois, durante a Conferência Mundial do Clima em Paris, a COP21, em que a Presidente Dilma Rousseff fez um duro discurso qualificando o desastre como "ação irresponsável de uma empresa", e prometeu uma "severa punição" aos responsáveis. O receio é de que isso não tenha sido mais do que um jogo de cena, se levarmos em consideração a postura de cumplicidade do Estado com as empresas e os empreendimentos. Um indicador desta cumplicidade é o baixo grau de pagamento das multas ambientais no Brasil. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), das multas aplicadas pelo IBAMA de 2009 a 2013, apenas 1,76% do valor foi pago. A negligência do Estado em relação ao controle público sobre a mineração o torna também responsável pelo desastre de Mariana. Outro indicador é a não cobrança por parte do Estado Brasileiro do débito incluído na Dívida Ativa da União da Vale S.A. Em comunicado oficial de outubro de 2015, o Ministério da Fazenda informou que a maior empresa devedora é a Vale S.A., com um total de R\$41,9 bilhões de dívidas com a União.

Em meio a toda a tragédia, o Governo de Minas Gerais se apressou para aprovar em 25 de novembro o Projeto de Lei nº 2946/2015, que altera radicalmente o sistema e a política ambiental do estado de Minas Gerais para "destravar" e agilizar licenciamentos. A mudança limitará a participação das populações que serão atingidas pelos empreendimentos, aumentando a margem de risco para que novas tragédias aconteçam. Em nível nacional, o desastre de Mariana pode estar apressando a aprovação do novo Marco Legal da Mineração. Dando a ilusão de vir a defender alguns direitos socioambientais essenciais, o novo Código na verdade não garante nenhuma

aplicação prática desses direitos e reafirma a agenda extrativista do Estado, em aliança com as grandes corporações mineradoras, continuando a ignorar as comunidades impactadas e a prioridade da consulta e consentimento prévio das mesmas. Neste cenário, não é de se espantar que a Vale S.A. seja a empresa mineradora que doou o maior montante de recursos financeiros na eleição de 2014: R\$80.000.000, sendo inclusive, uma das mineradoras que mais doaram nas últimas eleições para os deputados federais que compõem a comissão especial que discute a proposta do novo código da mineração. Além da denúncia divulgada em matéria da BBC, publicada em 07 de dezembro de 2015, referente à participação do escritório de advocacia Pinheiro Neto, que tem como clientes mineradoras como Vale e BHP, no documento oficial do projeto de lei proposto por deputados federais para o novo Código da Mineração.

No mundo corporativo, onde os agentes estão preocupados em descolar suas próprias imagens do lamaçal provocado pelas mineradoras, as reações têm sido mais firmes. O escritório de advocacia americano Bronstein, Gewitz & Grossman e o internacional Rosen Law Firm estão avaliando uma ação coletiva contra a mineradora Vale S.A. O primeiro alega possíveis violações da lei do mercado de capital dos Estados Unidos. O segundo afirma que a empresa pode ter divulgado material falso sobre seus negócios e pede o ressarcimento dos recursos investidos. A BM&FBovespa anunciou, em 26 de novembro de 2015, que a Vale S.A, empresa que tem o maior peso na composição da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que está em vigor, está fora da nova lista após cinco participações consecutivas. Preocupadas, a Vale, a BHP Billiton e a Samarco, responsáveis pela

tragédia, estão mais concentradas em contornar os efeitos do desastre sobre as suas imagens públicas do que com o enfrentamento dos problemas que causaram sobre as populações atingidas.

Os desastres socioambientais não afetam as populações de maneira igualitária. Ao contrário, os riscos e impactos recaem de maneira mais dura e evidente sobre grupos étnicos mais vulneráveis. No caso do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, não foi diferente. Em Bento Rodrigues, 84,3% da população é composta por pretos e pardos, segundo a classificação utilizada pelo IBGE. O Povo Indígena Krenak, que vive às margens do Rio Doce, agora está sem água. Em protesto, eles fecharam a Estrada de Ferro Vitória-Minas, por onde a Vale S.A transporta seus minérios para exportação.

Em escala mundial, a empresa Vale S.A., assim como boa parte de suas concorrentes, conseguiu enfrentar a diminuição progressiva do preço do minério de ferro sem perdas. Isso está acontecendo graças à redução dos custos de gestão dos processos em operação e dos projetos em via de instalação. Assim, a crise do preço de minério vem sendo compensada às custas das comunidades, do meio ambiente e dos trabalhadores, em termos de menor segurança, menor qualidade de vida e de trabalho, terceirização e menor controle das responsabilidades empresariais.

A Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale S.A. reafirma que este não é um caso isolado e sim mais uma tragédia do setor da mineração. Ao longo dos anos, temos denunciado muitas tragédias provocadas pela mineração da Vale S.A. sobre a vida de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, camponesas e de populações urbanas empobrecidas. E

em diferentes partes do Brasil e do Mundo, de Mariana (MG) a Moçambique, de Santa Cruz (RJ) a Piquiá (MA), de Perak (Malásia) a Mendoza (Argentina), as semelhanças entre narrativas sobre os impactos são o testemunho da insustentabilidade da Vale S.A. e também de todo o setor da mineração. Não podemos deixar que os responsáveis por mais uma tragédia saiam impunes.

DIANTE DISSO, EXIGIMOS:

A imediata instauração de investigações imparciais e independentes com o fim de determinar os atores responsáveis pelos crimes cometidos, e que o Estado garanta assessoria jurídica integral às vítimas.

Que todas as comunidades recebam medidas de reparação em conformidade com parâmetros nacionais e internacionais sobre o direito a um recurso efetivo, inclusive o reassentamento coletivo e integral das famílias residentes nas comunidades atingidas

Que os trabalhadores diretos e terceirizados da Samarco e da Vale S.A., tenham os seus direitos respeitados e estabilidade garantida durante o período da paralisação das atividades da Samarco

A suspensão das Licenças Ambientais vigentes e a não concessão de novas licenças para as barragens de rejeitos do Fundão, Santarém e Germano

Que a população da Bacia do Rio Doce seja devidamente informada, em especial as pessoas diretamente atingidas, sobre os impactos e riscos à saúde por meio do acesso a informações contidas nas Licenças Ambientais e outros Estudos

Que essas populações recebam toda a assistência necessária, até que seus modos de vida e subsistência sejam restabelecidos

Que as posições do Comitê Nacional em Defesa dos territórios Frente à Mineração, do qual nossa articulação faz parte, sejam incluídas integralmente no novo Marco Legal da Mineração, que o mesmo não venha a ser votado às pressas, sem o necessário debate público após o maior desastre ambiental do Brasil, provocado por atividades minerais.

Justiça para as vítimas do desastre ambiental da Vale e da BHP!
Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale S.A.
07 de Dezembro de 2015

Revista NÃO VALE

APRESENTA

Rede Justiça nos Trilhos (JnT)

Justiça nos Trilhos (JnT) é uma coalizão de lideranças comunitárias, movimentos sociais e pastorais, sindicatos e grupos de pesquisa universitária empenhados na defesa das comunidades atingidas por violações de direitos por parte da empresa Vale S.A. e as operações de mineração e sider-

PIQUIÁ DE BAIXO



REASSENTAMENTO JÁ!

urgia ao longo do corredor de Carajás, nos estados brasileiros de Pará e Maranhão.

Saiba mais acessando o nosso site:
www.justicanostrilhos.org

facebook

www.facebook.com/justicanostrilhos

twitter

@justicatrilhos

Organização:

Justiça nos Trilhos

Apoio:

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO



Organização:

Justiça nos Trilhos

Apoio:

